



Câmara Municipal  
Ferreira do Zêzere

# Grandes Opções do Plano e Orçamento

Ano 2011



## **Considerações Prévias**

Os documentos previsionais que se submetem à apreciação, discussão e deliberação nos Órgãos do Município – Câmara Municipal e Assembleia Municipal – conferem substância à actividade da Câmara Municipal, quer no que concerne à sua dimensão de funcionamento corrente, quer ainda na dimensão correspondente à política de investimentos preconizada para o ano de 2011.

A proposta de orçamento que se apresenta foi elaborada numa conjuntura indelevelmente marcada pela gravíssima e complexa crise económica e financeira internacional, num contexto de grande dificuldade em que o país vive, em geral, e o Concelho de Ferreira do Zêzere, em particular, contexto esse agravado ainda mais pelo “Tornado” do passado dia 07 de Dezembro do corrente ano.

A continuidade desta crise em que o mundo, no geral, e o país em particular se encontra actualmente mergulhado, acarretará consequentemente consequências gravosas, não só para os diferentes sectores da actividade económica, bem como para toda a administração local.

Estamos, pois, convictos deste abalo social e das suas implicações em sectores tão sensíveis como a segurança social, o emprego, o desenvolvimento da economia e mesmo a sustentabilidade dos mercados financeiros.

Neste contexto propusemo-nos elaborar um orçamento que adopte políticas sociais que procurem diminuir as dificuldades sentidas pelas famílias e as assimetrias concelhias, salientando a continuidade do programa de generalização do fornecimento de refeições ao 1.º CEB e Pré-escolar, do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar, da atribuição de bolsas de estudo e deslocação, do apoio à aquisição de livros e material didáctico, entre outros, contribuindo dessa forma para a



existência de uma maior coesão social e territorial, ou seja, para um desenvolvimento mais justo e sustentado do Concelho de Ferreira do Zêzere, da região e do país.

Apesar dos constrangimentos já aprovados tanto no Plano de Estabilidade e Crescimento como no Orçamento de Estado para 2011, bem como as dificuldades e as limitações que estão subjacentes à actividade das Autarquias Locais para o próximo ano, o Município de Ferreira do Zêzere apresenta um orçamento com uma dotação global de 18.788.289 euros.

As Grandes Opções do Plano (GOP), bem como o Orçamento ora apresentado, traduzem uma contínua aposta firme na procura constante de respostas eficazes para os problemas e aspirações concretas da população do Concelho de Ferreira do Zêzere, dando continuidade a um projecto de desenvolvimento sustentado, encontrando ênfase no progresso, bem-estar e qualidade de vida.

As Grandes Opções do Plano (GOP), com um horizonte temporal de 4 anos, deverão constituir-se como elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver em cada ano a que respeita o Orçamento, reflectindo assim as áreas de intervenção estratégica para o processo de desenvolvimento harmonioso e sustentado do Concelho de Ferreira do Zêzere.

No Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e nas Actividades Mais Relevantes (AMR) estão reflectidos todos os projectos e acções que implicam despesas orçamentais a realizar por investimento.

Tendo em atenção o supra mencionado, podemos concluir que é no somatório de todos os projectos e acções que compõem as Grandes Opções do Plano (GOP) que se encontram reflectidas as actividades a desenvolver em cada ano no sentido de alcançar aquilo que é o objectivo final da actividade autárquica, o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das suas populações.



Desta forma, e no rigoroso cumprimento do ordenamento legal em vigor, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais — POCAL, bem como as exigências derivadas da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais, junto se remete para apreciação e discussão, a proposta orçamental do Município de Ferreira do Zêzere para o ano 2011.

Neste Orçamento contemplamos a recuperação dos edifícios e infra-estruturas municipais danificadas pelo "Tornado" do passado dia 07 de Dezembro.

Apesar do papel limitativo do Município ao necessário estímulo à economia do concelho, tivemos em conta a continuação da promoção do emprego através da dinamização e diversificação da actividade empresarial, designadamente continuando a apoiar não só através da cedência de terrenos a preços simbólicos a instalação de indústrias na Zona Industrial de Lameiras, como também através de apoio técnico ao investidor, tentando possibilitar aos empresários, sempre que possível na actual conjuntura, o acesso às melhores formas de financiamento.

Apostaremos, também, numa política de ambiente e recursos naturais que tenha por objectivo a criação das condições necessárias à concretização de um desenvolvimento integrado e equilibrado do nosso concelho. É, pois, propósito do Município dar continuidade à implementação da Agenda 21 Local, continuar a promoção da gestão energética dos edifícios do Município, alargar a recolha selectiva gradualmente a todo o concelho, a construção de sanitários públicos na vila, continuar a apostar na requalificação e valorização ambiental, numa política de valorização florestal, assegurando o ordenamento florestal concelhio, com base na diversificação das espécies, que tenha em conta a revitalização e preservação da floresta e dos seus ecossistemas.



Continuará a ser nossa preocupação, a construção dum panorama cultural mais alargado, mais participado, mais abrangente, como acto de cidadania e factor proporcionador de liberdade e de desenvolvimento, através da promoção de actividades culturais de referência, dando continuidade à dinamização dos actuais espaços culturais existentes, com o programa seguinte:

<b>DATA</b>	<b>ACTIVIDADES</b>
JANEIRO - 07/01 - 29/01	<b>Encontro de Grupos de Reis II Gala de Fado de Ferreira do Zêzere</b>
MARÇO - 06/03	<b>Cortejo/Desfile de Carnaval</b>
ABRIL - 3/04 - 01/04 A 30/04	<b>Caminhos com história "Ferreira do Zêzere" Festival Gastronómico do Lagostim</b>
MAIO - 06/05 a 29/05 - 15/05 - 14/05, 21/05, 28/05	<b>Festival Gastronómico da Fava Festa da Primavera – idosos Festival de Teatro Ivone Silva</b>
JUNHO - 01/06 - 12/06	<b>Dia da Criança Marchas de Santo António</b>
JULHO (a definir com J.de Freguesia)	<b>Noites d'Verão</b>
AGOSTO - 04/08 a 13/8  12/08 a 15/08	<b>Zezeze Arts – Festival Internacional de Opera e Música Clássica Depenicar / Festa do Imigrante <i>Festival de Bandas Filarmónicas Festival de Folclore Concerto Xutos&amp;Pontapés</i></b>
SETEMBRO (a definir com J.de Freguesia)	<b>Noites d'Verão Caminhos com história "Igreja Nova"</b>
OUTUBRO (Data a designar)	<b>Festival Internacional de Acordeon</b>  Início da Promoção dos <b>prémio de Pintura/composição musical Alfredo Keil</b> que se vão desenrolando em acções pontuais durante o ano de verão 2012
NOVEMBRO (Data a designar)	<b>Caminhos com história "Areias"</b>
DEZEMBRO - 14/12	<b>Espectáculo de Natal – Crianças Escolas</b>



Continuaremos o nosso investimento ao nível da formação de públicos, do apoio à produção e do apoio ao ensino, salientando-se aqui além do já anteriormente referido, a continuação do protocolado com o Instituto Politécnico de Tomar para a realização dos cursos CET no concelho, bem como a conclusão da construção do Centro Escolar de Ferreira do Zêzere.

Procuraremos, cumulativamente, junto dos jovens e das Associações, que ambos encontrem o seu espaço de acção e de intervenção, para que o Município se afirme essencialmente como seu parceiro, lado a lado, apoiando-os na concretização dos seus próprios projectos e ajudando-os a ir mais longe. Até porque não podem subsistir quaisquer dúvidas sobre o papel destes actores na construção da vivência do Concelho, seja o seu papel histórico, a sua acção presente ou o seu futuro.

Será, ainda, preocupação ao longo dos próximos anos, com recurso a múltiplas formas e tomando vários caminhos, continuar a tornar a gestão do Concelho e da Câmara Municipal mais simples, mais desburocratizada, mais ágil, mais imaginativa e mais participada.

A continuidade da reestruturação dos serviços, a simplificação de procedimentos administrativos, um mais apurado controlo da execução orçamental e da realização de despesa ou a criação de mecanismos de envolvimento das populações no processo de formação da tomada de decisão continuam a ser alguns dos nossos objectivos.





## As Grandes Opções do Plano

Atendendo às áreas estratégicas de desenvolvimento para o Concelho de Ferreira do Zêzere na dimensão correspondente à política de investimentos preconizada para o próximo ano, e no estrito cumprimento dos princípios consagrados no POCAL no que concerne a elaboração das Grandes Opções do Plano (GOP), o Município de Ferreira do Zêzere definiu para o quadriénio 2011-2014 um total de 129 projectos que representam um investimento global de 25.548.239,00 €.

<b>GOP – DISTRIBUIÇÃO ANUAL DO INVESTIMENTO – 2011-2014</b>		
<b>Ano</b>	<b>Investimento Anual</b>	<b>Percentagem</b>
2011	12.109.789,00 €	47,40%
2012	5.336.150,00 €	20,89%
2013	4.007.150,00 €	15,68%
2014	4.095.150,00 €	16,03%
<b>Totais .....</b>	<b>25.548.239,00 €</b>	<b>100%</b>

A programação do investimento ao longo do quadriénio teve como base as prioridades de realização dos projectos face às necessidades mais prementes, bem como a complementaridade entre os vários projectos.

Outro factor de importância vital para o planeamento é sem sombra de dúvida a fonte de financiamento. De relevar que a Câmara Municipal para além dos 5 projectos com financiamento FEDER aprovado e em curso, prevê a realização de um total de 12 projectos dependentes de fontes externas de financiamento, sendo possivelmente necessária a reprogramação daqueles projectos durante o quadriénio 2011-2014, devido à dificuldade de conseguir garantir a fonte de financiamento adequada a cada projecto, de modo a potenciar ao máximo os fundos municipais.



Como se pode verificar, a distribuição anual do investimento previsto para o quadriénio aponta para um maior esforço de investimento no primeiro ano, ou seja 47,40% do total.

Oportunamente referido, as Grandes Opções do Plano (GOP) são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Actividades Mais Relevantes (AMR). No Plano Plurianual de Investimento (PPI) incluem-se todas as acções de investimento, enquanto que nas Actividades Mais Relevantes (AMR) são incluídas acções, que do ponto de vista da despesa são consideradas como despesa corrente mas que, dada a importância que assumem para a concretização da estratégia de desenvolvimento preconizada pela Município, são incorporadas nas Grandes Opções do Plano (GOP).

Será natural que, dadas as características de investimento que o Plano Plurianual de Investimento (PPI) tem, recaia sobre ele o maior número de projectos e o maior volume de investimento, designadamente 79,99% do investimento total para o quadriénio 2011/2014.

<b>2011-2014</b>			
	<b>Nº de Projectos</b>	<b>EURO</b>	<b>% - GOP</b>
<b>P.P.I</b>	<b>103</b>	<b>20.435.216,00€</b>	<b>79,99%</b>
<b>A.M.R</b>	<b>26</b>	<b>5.113.023,00€</b>	<b>20,01%</b>
<b>GOP</b>	<b>125</b>	<b>25.548.239,00€</b>	<b>100.00%</b>





## O Plano Plurianual de Investimentos

Do volume total de investimento previsto nas Grandes Opções do Plano (GOP), 79,99% corresponde à realização dos 103 projectos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), cuja execução prevista para o ano de 2011 apresenta um total de 10.606.666,00 €, ou seja 51,90% do investimento global para o quadriénio.

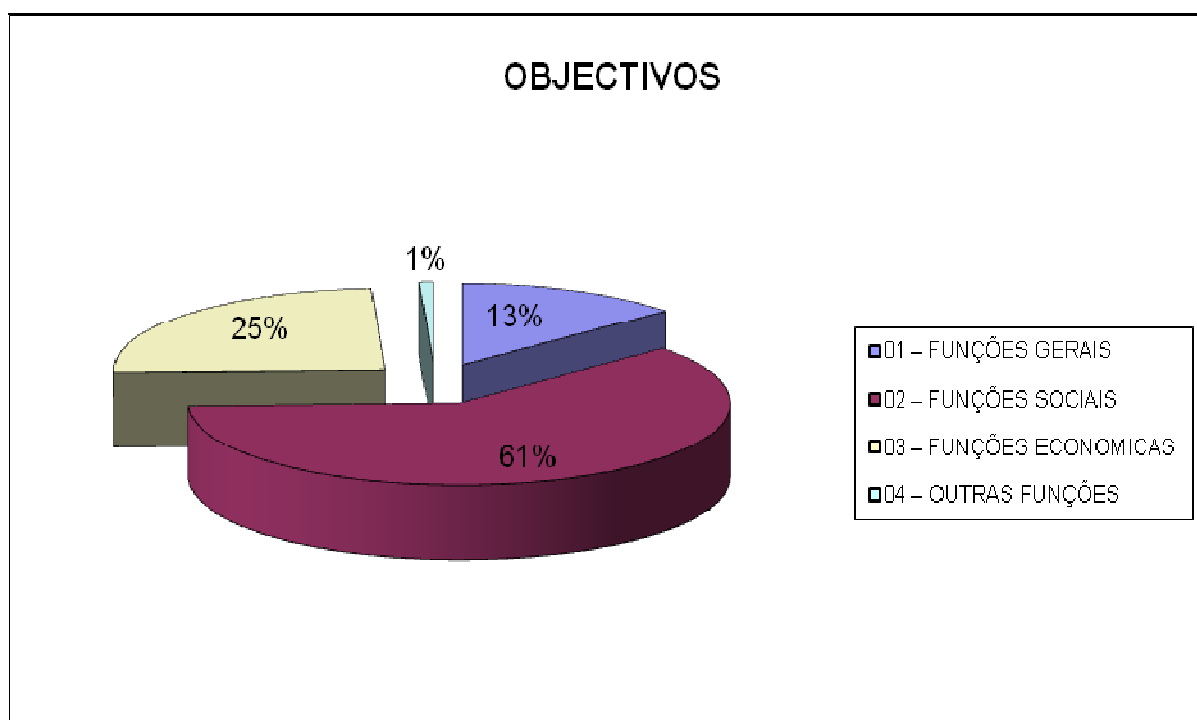
Como se pode verificar, a distribuição anual do investimento corresponde à tendência verificada nas Grandes Opções do Plano (GOP). Vejamos agora a distribuição do número de projectos de investimento por objectivo:

OBJECTIVO	Nº DE PROJECTOS	INVESTIMENTO	%
<b>01 – FUNÇÕES GERAIS</b>			
Administração Geral	15	1.423.900 €	
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	1	5.000 €	
Sub-total	<b>16</b>	<b>1.428.900 €</b>	<b>13,47%</b>
<b>02 – FUNÇÕES SOCIAIS</b>			
Ensino	6	3.472.500 €	
Ordenamento do Território	12	1.742.000 €	
Saneamento	3	30.000 €	
Abastecimento de Água	4	162.000 €	
Resíduos Sólidos	4	95.000 €	
Protecção Meio Amb. e Cons. Natureza	7	842.500 €	
Cultura	9	32.750 €	
Desporto, recreio e lazer	5	93.500 €	
Sub-total	<b>50</b>	<b>6.470.250 €</b>	<b>61,00%</b>
<b>03 – FUNÇÕES ECONOMICAS</b>			
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1	80.000 €	
Industria e Energia	3	43.000 €	
Transportes Rodoviários	21	1.300.216 €	
Transportes Aéreos	1	2.500 €	
Mercados e Feiras	1	950.000 €	
Turismo	9	246.800 €	
Sub-total	<b>36</b>	<b>2.622.516 €</b>	<b>24,73%</b>
<b>04 – OUTRAS FUNÇÕES</b>			
Diversas	1	85.000 €	
Sub-total	<b>1</b>	<b>85.000 €</b>	<b>0,80%</b>
<b>TOTAIS .....</b>	<b>103</b>	<b>10.606.666,00 €</b>	<b>100,00%</b>



Da "leitura" do quadro facilmente se verifica que o maior peso recai no Objectivo 2 – Funções Sociais, sendo o 1º em número de projectos, apresentando um total de 50, quer em valor de investimento, cujo total ascende a 6.470.250,00 euros, ou seja, 61,00% do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

Por outro lado, o Objectivo 4 – Outras Funções é por sua vez o 4º quer em número de projectos, quer em valor.

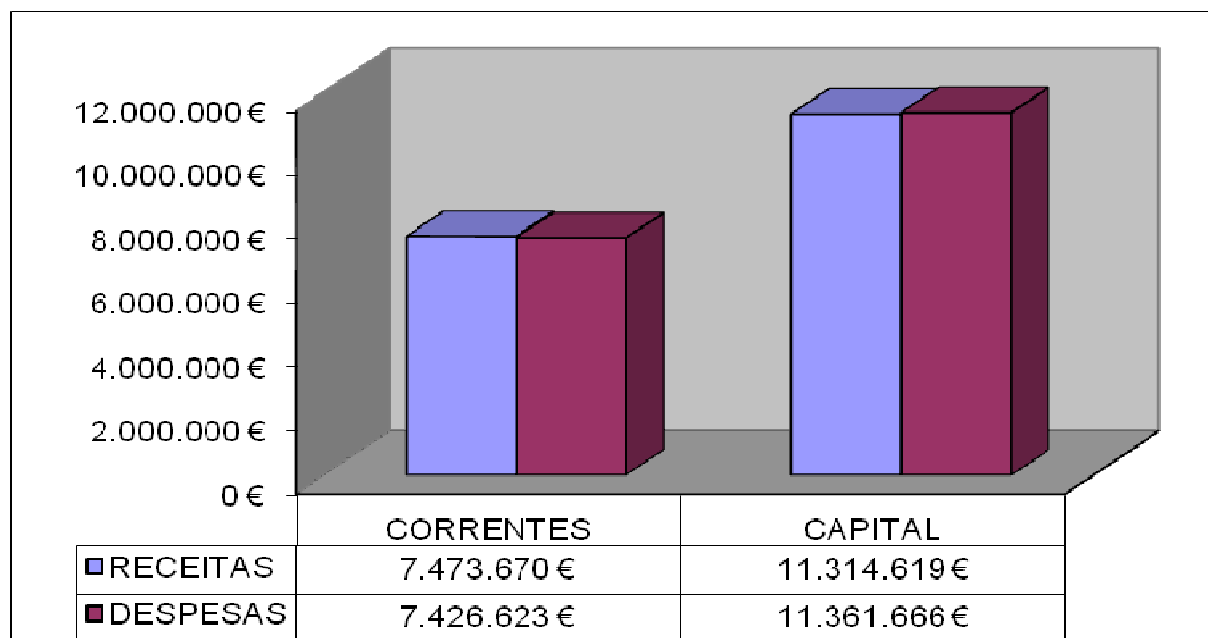




## Receitas e Despesas

No quadro e gráfico que se segue apresenta-se uma síntese das receitas e das despesas para o próximo ano económico:

DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL		TOTAL
	CORRENTES	CAPITAL	
RECEITAS	7.473.670 €	11.314.619 €	<b>18.788.289 €</b>
DESPEASAS	7.426.623 €	11.361.666 €	<b>18.788.289 €</b>
DIFERENÇA	<b>47.047 €</b>	<b>(- 47.047 €)</b>	





Pode assim verificar-se que as Despesas de Capital representam 60,47% do total da despesa, e que as Despesas Correntes são totalmente financiadas pela Receita Corrente, cumprindo-se assim as regras do Equilíbrio Orçamental.

Perante o exposto, consideramos que os presentes documentos previsionais, nomeadamente os compromissos plasmados no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), se integram na estratégia de desenvolvimento preconizada para o Concelho e que contribuirão decisivamente para o aumento da qualidade de vida da nossa população.

Município de Ferreira do Zêzere, 09 de Dezembro de 2010.



## **Mapa das GOP**

Município de Ferreira do Zêzere

Grandes Opções do Plano do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2011			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)		
<b>1 Funcoes Gerais</b>																							
<b>1 111 Administração geral</b>																							
1	111	2002/23		Aquisição terrenos interesse para o Município	02	070101					0103	01/2002	12/2014	5	819.036	100.000	100.000		100.000	100.000	100.000		1.219.036
1	111	2002/34		Aquisição de Imóveis	02	07010202					0103	01/2002	12/2014	5	551.707	425.000	425.000		50.000	50.000	50.000		1.126.707
1	111	2002/53		Aquis./grandes reparações máq.mob.equip.																			
1	111	2002/53	1	Equipamento Informático	02	070107					0103	01/2002	12/2014	5	163.495	46.300	46.300		75.000	75.000	75.000		434.795
1	111	2002/53	2	Software Informático	02	070108					0103	01/2002	12/2014	5	127.506	16.000	16.000		20.000	20.000	20.000		203.506
1	111	2002/53	3	Equipamento administrativo	02	070109					0103	01/2002	12/2014	5	123.667	10.000	10.000		25.000	25.000	25.000		208.667
1	111	2002/53	4	Equipamento adquirido por locação financeira	02	070209					0103	01/2002	12/2014	5	34.215	500	500		500	500	500		36.215
1	111	2002/53	5	Ferramentas e Utensílios	02	070111					0103	01/2004	12/2014	5	90.139	38.000	38.000		20.000	20.000	20.000		188.139
1	111	2002/53	6	Licenças de Software	02	070113					0103	01/2008	12/2014	5		5.000	5.000		25.000	25.000	25.000		80.000
1	111	2002/54		Aquisição e reparação de viaturas	02	07010602					0103	01/2002	12/2014	5	162.811	15.300	15.300		15.300	15.300	15.300		224.011
1	111	2002/55		Aquisição e reparação de máquinas	02	07011002					0103	01/2002	12/2014	5	164.517	70.000	70.000		20.000	20.000	20.000		294.517
1	111	2002/121		Aquisição de Viaturas - Leasing	02	070205					0103	01/2002	12/2014	5	306.654	21.500	21.500		21.500	21.500	21.500		392.654
1	111	2004/13		Aquisição de maquinaria e equipamento - Leasing	02	070207					0103	01/2004	12/2014	5	227.338	70.000	70.000		65.000	64.000	57.000		483.338
1	111	2010/10		Conservação e recuperação de edifícios municipais	02	07010301					0103	01/2010	12/2014	5	30.663	100.000	100.000		100.000	100.000	100.000		430.663
1	111	2011/7		Candidatura Médio Tejo - Gestão em SIG - Sistema de Informação Territorial 2	02	070107			80		0103	01/2011	12/2011	0		6.300	6.300						6.300
1	111	2011/8		Recuperação de edifícios e infraestruturas municipais danificadas pelo "Tornado" do dia 07/12/2010	02	07010301	E	100			0103	01/2011	12/2011	0		500.000	500.000						500.000
<b>Totais do Programa 111:</b>															<b>2.801.748</b>	<b>1.423.900</b>	<b>1.423.900</b>		<b>537.300</b>	<b>536.300</b>	<b>529.300</b>		<b>5.828.548</b>
<b>1 121 Protecção civil e luta contra incêndios</b>																							
Serviço Municipal de Protecção Civil																							
1	121	2002/5010		Aquisição de Bens	02	020121					0103	01/2002	12/2014	5	37.362	6.000	6.000		6.000	6.000	6.000		61.362
1	121	2002/50102		Aquisição de serviços	02	02022502					0103	01/2002	12/2014	5	17.273	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		37.273
1	121	2010/2		Protecção civil - aquisição de bens de investimento	02	070115					0103	01/2010	12/2014	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
1	121	2010/11		Apoio aos Bombeiros Voluntários																			
1	121	2010/11	1	Apoio despesas de funcionamento (Sub.Mensal, Equipas Intervenção Permanente, Etc.)	02	04070101					0103	01/2010	12/2014	5	60.813	125.000	125.000		125.000	125.000	125.000		560.813
1	121	2010/11	2	Apoio despesas de investimento (Ambulância etc)	02	08070101					0103	01/2010	12/2014	5	21.651	40.000	40.000		40.000	40.000	40.000		181.651
<b>Totais do Programa 121:</b>															<b>137.099</b>	<b>181.000</b>	<b>181.000</b>		<b>181.000</b>	<b>181.000</b>	<b>181.000</b>		<b>861.099</b>
<b>Totais do Objectivo 1:</b>															<b>2.938.847</b>	<b>1.604.900</b>	<b>1.604.900</b>	<b>0</b>	<b>718.300</b>	<b>717.300</b>	<b>710.300</b>	<b>0</b>	<b>6.689.647</b>

Município de Ferreira do Zêzere

Grandes Opções do Plano do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2011			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)		
<b>2</b>				<b>Funções sociais</b>																			
<b>2</b>	<b>211</b>			<b>Ensino não superior</b>																			
2	211	2002/2		Conservação e arranjos de edifícios escolares	02	07010305	O			0103	01/2002	12/2014	5	178.077	5.000	5.000			5.000	5.000	5.000		198.077
2	211	2002/4		Equipamento e mobiliário																			
2	211	2002/4	1	Equipamento e mobiliário	02	07011002	O			0103	01/2010	12/2014	5	40.721	50.000	50.000			5.000	5.000	5.000		105.721
2	211	2002/4	2	Equipamento Informático	02	070107	O			0103	01/2010	12/2014	5	798	5.000	5.000			5.000	5.000	5.000		20.798
2	211	2002/4	3	Software/Programas informáticos	02	070108	O			0103	01/2010	12/2014	5		2.500	2.500			2.500	2.500	2.500		10.000
2	211	2002/4	4	Quadros Interactivos	02	07011002	O			0103	01/2010	12/2014	5		10.000	10.000			5.000	5.000	5.000		25.000
2	211	2008/9		Centro Escolar de Ferreira do Zêzere	02	07010305	E		78	0103	01/2008	12/2011	3	332.853	3.400.000	3.400.000							3.732.853
<b>Totais do Programa 211:</b>														<b>552.449</b>	<b>3.472.500</b>	<b>3.472.500</b>		<b>22.500</b>	<b>22.500</b>	<b>22.500</b>		<b>4.092.449</b>	
<b>2</b>	<b>212</b>			<b>Serviços auxiliares de ensino</b>																			
2	212	2010/5005		Atribuições e competências municipais - Educação																			
2	212	2010/5005	1	Transportes Escolares	02	02021001	O			0103	01/2010	12/2014	5	82.783	700.000	700.000			400.000	400.000	400.000		1.982.783
2	212	2010/5005	2	Programa de generalização do fornecimento de refeições 1º CEB e Pré-Escolar	02	04080202	O			0103	01/2010	12/2014	5	129.218	270.000	270.000			270.000	270.000	270.000		1.209.218
2	212	2010/5005	3	Programa de expansão e desenvolvimento da educação Pré-Escolar - Prolongamento de horário	02	04080203	O			0103	01/2010	12/2014	5	22.648	60.000	60.000			60.000	60.000	60.000		262.648
2	212	2010/5005	4	Apoio económico - Aquisição de livros e material didático 1º CEB	02	04080203	O			0103	01/2010	12/2014	5	240	18.000	18.000			18.000	18.000	18.000		72.240
2	212	2010/5005	5	Atribuição de verba para expediente e limpeza 1º CEB e Pré-Escolar	02	020201	O			0103	01/2010	12/2014	5		3.300	3.300			3.300	3.300	3.300		13.200
2	212	2010/5005	6	Apoio para aquisição de computadores crianças do 1º CEB	02	04080203	O			0103	01/2010	12/2014	5		6.000	6.000			6.000	6.000	6.000		24.000
2	212	2010/5005	7	Atribuição para aquisição de material pedagógico às Escolas do 1º CEB e Pré-Escolar	02	04080203	O			0103	01/2010	12/2014	5		1.500	1.500			1.500	1.500	1.500		6.000
<b>Totais do Programa 212:</b>														<b>234.889</b>	<b>1.058.800</b>	<b>1.058.800</b>		<b>758.800</b>	<b>758.800</b>	<b>758.800</b>		<b>3.570.089</b>	
<b>2</b>	<b>232</b>			<b>Acção social</b>																			
2	232	2002/5005		Apoio a Famílias Carênciadas																			
2	232	2002/5005	1	Aquisição de Bens	02	020121	O			0103	01/2006	12/2014	5	10.230	2.500	2.500			2.500	2.500	2.500		20.230
2	232	2002/5005	2	Aquisição de Serviços	02	02022502	O			0103	01/2006	12/2014	5	1.331	2.500	2.500			2.500	2.500	2.500		11.331
2	232	2002/5006		Comissão de Protecção de Crianças e Jovens																			
2	232	2002/5006	1	Aquisição de Bens	02	020121	O			0103	01/2002	12/2014	5	10.001	3.000	3.000			3.000	3.000	3.000		22.001
2	232	2002/5006	2	Aquisição de Serviços	02	02022502	O			0103	01/2002	12/2014	5	4.942	2.000	2.000			2.000	2.000	2.000		12.942
2	232	2006/1		Rede Social																			
2	232	2006/1	1	Aquisição de Bens	02	020121	O			0103	01/2006	12/2014	5	4.008	5.000	5.000			5.000	5.000	5.000		24.008



Município de Ferreira do Zêzere

Grandes Opções do Plano do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2011			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)		
<b>2 Funções sociais</b>																							
<b>2 232 Acção social</b>																							
2	232	2006/1	2	Aquisição de Serviços	02	02022502	O				0103	01/2006	12/2014	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000
2	232	2010/5004		Oficina do Idoso	02	06020305	O				0103	01/2010	12/2014	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
2	232	2010/5019		Bolsas de estudo e deslocação	02	04080201	T				0103	01/2010	12/2014	5	14.823	14.823	14.823		15.000	15.000	15.000		74.646
Totais do Programa 232:														45.335	37.323	37.323		37.500	37.500	37.500		195.158	
<b>2 242 Ordenamento do território</b>																							
2	242	2002/30		Revitalização sedes Freguesia	02	07010401	E		80	0103	01/2002	12/2014	5	1.772.765	600.000	600.000		50.000	50.000	50.000		2.522.765	
2	242	2002/124		Cartografia do Concelho	02	070115	O				0103	01/2002	12/2014	5	66.314	10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		106.314
2	242	2002/125		Revisão do PDM	02	070115	O				0103	01/2002	12/2014	5	59.210	75.000	75.000		5.000	5.000	5.000		149.210
2	242	2002/126		Revitalização e dinamização do espaço urbano de Ferreira do Zêzere	02	07010401	E		80	0103	01/2002	12/2011	4	1.390.876	210.000	210.000							1.600.876
2	242	2005/1		Edifício da Quinta do Adro e Zona envolvente	02	07010405	E		80	0103	01/2005	12/2014	0		500.000	500.000		500.000	20.000	20.000		1.040.000	
2	242	2008/1		Elaboração Plano Pormenor, Plano Urb. Estudos	02	070115	O				0103	01/2008	12/2014	5	70.723	120.000	120.000		50.000	50.000	50.000		340.723
2	242	2011/4		Revitalização e dinamização do espaço urbano de Ferreira do Zêzere - Zona de Intervenção V	02	07010401	E		80	0103	01/2011	12/2014	0		50.000	50.000		30.000	2.000	2.000		84.000	
2	242	2011/4	2	Requalificação da Rua das Camélias	02	07010401	E		80	0103	01/2011	12/2014	0		60.000	60.000		46.000	10.000	5.000		121.000	
2	242	2011/4	3	Arranjos exteriores do Largo Frei Diogo de Canter	02	07010401	E		80	0103	01/2011	12/2012	0		50.000	50.000		10.000				60.000	
2	242	2011/4	4	Ligação da Travessa Colégio N.º S.ª do Pranto à Rua de S. Miguel	02	07010401	E		80	0103	01/2011	12/2011	0		42.000	42.000						42.000	
2	242	2011/4	5	Aberturas de novos arruamentos na Vila	02	07010401	E		80	0103	01/2011	12/2014	0		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000	
2	242	2011/5		Arruamentos periféricos do Centro escolar de Ferreira do Zêzere	02	07010401	E				0103	01/2011	12/2012	0		15.000	15.000		10.000				25.000
Totais do Programa 242:														3.359.888	1.742.000	1.742.000		721.000	157.000	152.000		6.131.888	
<b>2 243 Saneamento</b>																							
2	243	2002/38		Elab.Proj.Redes Saneamento Básico	02	07010402	O				0103	01/2002	12/2014	5	11.431	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		31.431
2	243	2002/39		Manutenção da rede de esgotos	02	07010402	O				0103	01/2002	12/2014	5	26.894	10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		66.894
2	243	2008/4		Prolongamento de Redes de Saneamento	02	07010402	A				0103	01/2008	12/2014	5	135.496	15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		195.496
Totais do Programa 243:														173.821	30.000	30.000		30.000	30.000	30.000		293.821	
<b>2 244 Abastecimento de água</b>																							
2	244	2002/44		Prolongamento de Redes de Abastecimento	02	07010407	A				0103	01/2001	12/2014	5	42.145	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		62.145
2	244	2002/47		Reparação de condutas	02	07010407	O				0103	01/2001	12/2014	5	74.817	50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		274.817

Município de Ferreira do Zêzere

Grandes Opções do Plano do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2011			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)		
<b>2 Funções sociais</b>																							
<b>2 244 Abastecimento de água</b>																							
2	244	2002/48		Inst. ramais/repar.Aquisição contadores água	02	07011002	O				0103	01/2001	12/2014	5	107.973	30.000	30.000		10.000	10.000	10.000		167.973
2	244	2011/2		Construção de reservatórios de Água	02	07010407	E				0103	01/2011	12/2011	0		77.000	77.000						77.000
Totais do Programa 244:														224.935	162.000	162.000		65.000	65.000	65.000		581.935	
<b>2 245 Resíduos sólidos</b>																							
2	245	2002/40		Aquisição de contentores	02	07011001	O				0103	01/2002	12/2014	5	71.717	10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		111.717
2	245	2003/2		Aquisição de Viaturas afectas ao sistema de recolha de resíduos (leasing)	02	070207	O				0103	01/2002	12/2014	5	120.594	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		140.594
2	245	2003/14		Aquisição e reparação de viaturas afectas ao sistema de recolha de resíduos	02	07010601	O				0103	01/2003	12/2014	5	40.883	50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		240.883
2	245	2010/4		Ilhas Ecológicas e Ecopontos	02	07011001	O				0103	01/2010	12/2014	5	30.000	30.000		5.000	5.000	5.000		45.000	
Totais do Programa 245:														233.194	95.000	95.000		70.000	70.000	70.000		538.194	
<b>2 246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza</b>																							
2	246	2002/42		Manutenção do Cemitério da Vila	02	07010412	O				0103	01/2001	12/2014	5	625.988	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		645.988
2	246	2002/51		Arborização Terrenos Municipais	02	07010405	O				0103	01/2002	12/2014	5	110	10.000	10.000		3.000	3.000	3.000		19.110
2	246	2002/52		Jardins e espaços verdes do Concelho	02	07010405	O				0103	01/2001	12/2014	5	61.269	15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		121.269
2	246	2004/1		Construção de Parque de Lazer e Parque Verde "Quinta do Adro"	02	07010406	E		80		0103	01/2004	12/2011	4	1.252.322	750.000	750.000						2.002.322
2	246	2006/7		Agenda Local XXI	02	070115	O				0103	01/2006	12/2014	0	4.800	15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		64.800
2	246	2006/10		Comparticipação aquisição de viatura para captura e transporte de animais - Canil Intermunicipal	02	070115	O				0103	01/2006	12/2011	5		7.500	7.500						7.500
2	246	2006/5001		Canil Intermunicipal																			
2	246	2006/5001 1		Aquisição de Bens	02	020121	O				0103	01/2010	12/2014	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
2	246	2006/5001 2		Aquisição de serviços	02	02022502	O				0103	01/2010	12/2014	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
2	246	2010/3		Sanitários Públicos	02	07010413	E				0103	01/2010	12/2014	0	40.000	40.000		1.500	1.500	1.500		44.500	
Totais do Programa 246:														1.944.489	862.500	862.500		59.500	59.500	59.500		2.985.489	
<b>2 251 Cultura</b>																							
2	251	2002/7		Equip./mobiliário p/ Biblioteca Municipal	02	07011002	O				0103	01/2002	12/2014	5	232.521	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		252.521
2	251	2002/8		Aquisição Livros/CD's/Videos p/ Biblioteca	02	07011002	O				0103	01/2002	12/2014	5	111.312	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		131.312
2	251	2002/18		Espaço Internet																			
2	251	2002/18 1		Equipamento Informático	02	070107	O				0103	01/2002	12/2014	5	21.701	2.000	2.000		2.000	2.000	2.000		29.701
2	251	2002/18 2		Equipamento Básico	02	07011002	O				0103	01/2002	12/2014	5	5.483	1.750	1.750		1.750	1.750	1.750		12.483

Município de Ferreira do Zêzere

Grandes Opções do Plano do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2011			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)	
<b>2</b>		<b>Funções sociais</b>																				
<b>2</b>	<b>251</b>	<b>Cultura</b>																				
2	251	2003/3		Equipamento do Cine-Teatro	02	07011002	O			0103	01/2003	12/2014	5	8.728	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		28.728
2	251	2006/4		Equipamento Edifício Sócio Cultural	02	07011002	O			0103	01/2006	12/2014	5	10.002	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		30.002
2	251	2006/6		Pavilhão Multiusos	02	07010302	E			0103	01/2007	12/2014	0					75.000	300.000	300.000		675.000
2	251	2008/2		TIC nas Bibliotecas																		
2	251	2008/2	1	Aquisição de Hardware	02	070107	O			0103	01/2008	12/2014	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
2	251	2008/2	2	Aquisição de Software	02	070108	O			0103	01/2008	12/2014	5		8.000	8.000		1.000	1.000	1.000		11.000
2	251	2010/5020		Programa Cultural e Promoção Turística do Concelho	02	06020305	O			0103	01/2010	12/2014	5	231.694	200.000	200.000		200.000	200.000	200.000		1.031.694
Totais do Programa 251:														621.441	232.750	232.750		300.750	525.750	525.750		2.206.441
<b>2</b>	<b>252</b>	<b>Desporto, recreio e lazer</b>																				
2	252	2002/11		Conservação e Equip. Gimnodesportivo e Piscina	02	07011002	O			0103	01/2002	12/2014	5	91.652	10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		131.652
2	252	2002/12		Construção de polidesportivos freguesias (Pias e Águas Belas)	02	07010406	E			0103	01/2000	12/2014	4	708.299	50.000	50.000		20.000	20.000	20.000		818.299
2	252	2002/13		Equipamento para Polidesportivos	02	07011002	O			0103	01/2002	12/2014	5	30.171	2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		40.171
2	252	2002/5003		Actividades Desportivas																		
2	252	2002/50031		Aquisição de Bens	02	020121	O			0103	01/2002	12/2014	5	25.143	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		45.143
2	252	2002/50032		Aquisição de Serviços	02	02022502	O			0103	01/2002	12/2014	5	3.909	2.000	2.000		2.000	2.000	2.000		11.909
2	252	2002/5004		Tempos Livres																		
2	252	2002/50041		Aquisição de Bens	02	020121	O			0103	01/2002	12/2014	5	19.808	2.000	2.000		2.000	2.000	2.000		27.808
2	252	2002/50042		Aquisição de Serviços	02	02022502	O			0103	01/2002	12/2014	5	52.315	2.000	2.000		2.000	2.000	2.000		60.315
2	252	2003/1		Manutenção do Campo de Futebol Municipal "Eng.º Lopo de Carvalho"	02	07010406	O			0103	01/2003	12/2014	5	10.597	6.000	6.000		6.000	6.000	6.000		34.597
2	252	2006/5		Complexo Desportivo	02	07010406	E			0103	01/2006	12/2014	0		25.000	25.000		50.000	250.000	350.000		675.000
Totais do Programa 252:														941.894	104.500	104.500		99.500	299.500	399.500		1.844.894
Totais do Objectivo 2:														8.332.335	7.797.373	7.797.373	0	2.164.550	2.025.550	2.120.550	0	22.440.358
<b>3</b>		<b>Funções económicas</b>																				
<b>3</b>	<b>31</b>	<b>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</b>																				
3	31	2002/116		Caminhos Florestais e Limpeza de Matos	02	07010408	O			0103	01/2001	12/2014	5	236.606	80.000	80.000		80.000	80.000	80.000		556.606
Totais do Programa 31:														236.606	80.000	80.000		80.000	80.000	80.000		556.606

Município de Ferreira do Zêzere

Grandes Opções do Plano do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2011			Anos seguintes				
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)	
<b>3</b>				<b>Funções económicas</b>																		
<b>3</b>	<b>32</b>			<b>Indústria e energia</b>																		
3	32	2002/21		Infraestruturas na Zona Industrial	02	07010413	E			0103	01/2002	12/2011	4	2.122.557	30.000	30.000						2.152.557
3	32	2002/33		Infraestruturas Eléctricas	02	07010404	O			0103	01/2001	12/2012	5	216.402	12.000	12.000			12.000	12.000	12.000	264.402
3	32	2008/5		Edifício de serviços da Zona Industrial	02	07010301	E			0103	01/2008	12/2014	0		1.000	1.000			414.000			415.000
Totais do Programa 32:														2.338.959	43.000	43.000		426.000	12.000	12.000		2.831.959
<b>3</b>	<b>331</b>			<b>Transportes rodoviários</b>																		
3	331	2002/26		Construção de Passeios	02	07010401	O			0103	01/2002	12/2014	5	24.366	10.000	10.000			10.000	10.000	10.000	64.366
3	331	2002/27		Construções de Muros	02	07010401	O			0103	01/2002	12/2014	5	38.138	10.000	10.000			10.000	10.000	10.000	78.138
3	331	2002/56		Sinalização e segurança rodoviária	02	07010409	O			0103	01/2001	12/2014	5	58.226	10.000	10.000			10.000	10.000	10.000	98.226
3	331	2002/115		Conservação e Manutenção das Vias Municipais	02	07010408	O			0103	01/2001	12/2014	5	2.589.460	750.000	750.000			750.000	750.000	750.000	5.589.460
3	331	2007/17		Estrada de Ovelheiras (Ligação Estrada de Lagoa à Estrada de Almogadel) c/ reformulação de infraestruturas	02	07010401	E			0103	01/2007	12/2014	0		60.000	60.000			60.000			120.000
3	331	2008/6		Beneficiação da E.Reg.348 entre Ferreira do Zêzere e Albufeira do Castelo de Bode	02	07010401	E	80		0103	01/2008	12/2011	4	298.880	20.500	20.500						319.380
3	331	2008/7		Arruamentos em Avecasta c/ reformulação de infraestruturas	02	07010401	E			0103	01/2008	12/2011	3	18.596	60.000	60.000						78.596
3	331	2008/8		Rectificação da Ex 348 entre Ramal e Tojal (EN110) (em articulação com futuro nó do IC3)	02	07010401	E			0103	01/2008	12/2012	0		25.000	25.000			200.000			225.000
3	331	2010/12		Limite do Concelho com Tomar - Touco Pias	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2012	0		20.000	20.000			130.000			150.000
3	331	2010/13		Ligação Ferreira do Zêzere Alvaiázere (Senhora da Orada a Portela do Braz)	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2010	5		1	1						1
3	331	2010/14		Arruamentos na freguesia de Águas Belas	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		17.800	17.800			17.800	17.800	17.800	71.200
3	331	2010/15		Arruamentos na freguesia de Areias	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		25.359	25.359			26.900	26.900	26.900	106.059
3	331	2010/16		Arruamentos na freguesia de Bêco	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		16.800	16.800			16.800	16.800	16.800	67.200
3	331	2010/17		Arruamentos na freguesia de Chãos	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		9.834	9.834			17.900	17.900	17.900	63.534
3	331	2010/18		Arruamentos na freguesia de Dornes	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		16.300	16.300			16.300	16.300	16.300	65.200
3	331	2010/19		Arruamento na freguesia de Ferreira do Zêzere	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		25.200	25.200			25.200	25.200	25.200	100.800
3	331	2010/20		Arruamentos na freguesia de Igreja Nova do Sobral	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		8.422	8.422			13.900	13.900	13.900	50.122
3	331	2010/21		Arruamento na freguesia de Paio Mendes	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		12.500	12.500			12.500	12.500	12.500	50.000
3	331	2010/22		Arruamentos na freguesia de Pias	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		12.500	12.500			12.500	12.500	12.500	50.000
3	331	2011/3		Implementação de medidas de segurança rodoviária e redução de sinistralidade	02	07010401	E	80		0103	01/2011	12/2014	0		150.000	150.000			100.000	100.000	100.000	450.000
3	331	2011/6		Estrada de Lagoa a Milheiros	02	07010401	E			0103	01/2011	12/2012	0		40.000	40.000			10.000			50.000
Totais do Programa 331:														3.027.666	1.300.216	1.300.216		1.439.800	1.039.800	1.039.800		7.847.282

Município de Ferreira do Zêzere

Grandes Opções do Plano do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Acção				2011				Anos seguintes													
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)					
<b>3 Funções económicas</b>																								
<b>3 332 Transportes aéreos</b>																								
3	332	2002/24		Infraestruturas na pista das Valadas	02	07010401	O				0103	01/1999	12/2014	5	289.268	2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		299.268	
															Totais do Programa 332:	289.268	2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		299.268
<b>3 341 Mercados e feiras</b>																								
3	341	2002/32		Alt./ampl.Merc.Munic.(incl.Estac.Cob. e desc.)	02	07010303	E	80		0103	01/2002	12/2011	4	1.479.364	950.000	950.000							2.429.364	
															Totais do Programa 341:	1.479.364	950.000	950.000						2.429.364
<b>3 342 Turismo</b>																								
3	342	2002/10		Estruturas fluviais municipais - Praias, cais etc. (Praia Fluvial Dornes, Bairradinha)	02	07010406	O			0103	01/2001	12/2014	5	64.892	60.000	60.000		50.000	50.000	50.000			274.892	
3	342	2002/49		Construção de parque de campismo	02	07010406	E			0103	01/2002	12/2012	0	28.141	5.000	5.000		185.000					218.141	
3	342	2002/50		Lagar de S. Guilherme (equipamento/obras)	02	07011002	O			0103	01/2002	12/2012	1	63.163	7.500	7.500		140.000					210.663	
3	342	2010/5		Miradouro na serra de Stª Catarina	02	07010405	E			0103	01/2010	12/2011	0		5.000	5.000							5.000	
3	342	2010/6		Parque para auto-caravanas	02	07010405	E			0103	01/2010	12/2011	0		5.000	5.000							5.000	
3	342	2010/7		Rotas e percursos turísticos temáticos	02	07010405	A			0103	01/2010	12/2011	0		5.000	5.000							5.000	
3	342	2010/8		Parque Ecológico na "Serra do Concelho"	02	07010405	O			0103	01/2010	12/2011	5		5.000	5.000							5.000	
3	342	2010/9		Posto de Turismo em Dornes	02	07010301	E	80		0103	01/2010	12/2012	5		100.000	100.000		50.000					150.000	
3	342	2011/1		Grande Rota do Zêzere	02	07010405	E	70		0103	01/2011	12/2011	0		54.300	54.300							54.300	
															Totais do Programa 342:	156.196	246.800	246.800		425.000	50.000	50.000		927.996
															Totais do Objectivo 3:	7.528.059	2.622.516	2.622.516	0	2.373.300	1.184.300	1.184.300	0	14.892.475
<b>4 Outras funções</b>																								
<b>4 43 Diversas não especificadas</b>																								
4	43	2008/3		Comparticipação nos projectos da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	02	070115	O			0103	01/2008	12/2014	5	39.451	85.000	85.000		80.000	80.000	80.000			364.451	
															Totais do Programa 43:	39.451	85.000	85.000		80.000	80.000	80.000		364.451
															Totais do Objectivo 4:	39.451	85.000	85.000	0	80.000	80.000	80.000	0	364.451
															Total Geral:	18.838.692	12.109.789	12.109.789	0	5.336.150	4.007.150	4.095.150	0	44.386.931

**ORGÃO EXECUTIVO**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ORGÃO DELIBERATIVO**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## **Mapa do PPI**

Município de Ferreira do Zêzere

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2011			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)		
<b>1</b>				<b>Funcoes Gerais</b>																			
<b>1</b>	<b>111</b>			<b>Administração geral</b>																			
1	111	2002/23		Aquisição terrenos interesse para o Município	02	070101	O			0103	01/2002	12/2014	5	819.036	100.000	100.000		100.000	100.000	100.000		1.219.036	
1	111	2002/34		Aquisição de Imóveis	02	07010202	O			0103	01/2002	12/2014	5	551.707	425.000	425.000		50.000	50.000	50.000		1.126.707	
1	111	2002/53		Aquis./grandes reparações máq.mob.equip.																			
1	111	2002/53	1	Equipamento Informático	02	070107	O			0103	01/2002	12/2014	5	163.495	46.300	46.300		75.000	75.000	75.000		434.795	
1	111	2002/53	2	Software Informático	02	070108	O			0103	01/2002	12/2014	5	127.506	16.000	16.000		20.000	20.000	20.000		203.506	
1	111	2002/53	3	Equipamento administrativo	02	070109	O			0103	01/2002	12/2014	5	123.667	10.000	10.000		25.000	25.000	25.000		208.667	
1	111	2002/53	4	Equipamento adquirido por locação financeira	02	070209	O			0103	01/2002	12/2014	5	34.215	500	500		500	500	500		36.215	
1	111	2002/53	5	Ferramentas e Utensílios	02	070111	O			0103	01/2004	12/2014	5	90.139	38.000	38.000		20.000	20.000	20.000		188.139	
1	111	2002/53	6	Licenças de Software	02	070113	O			0103	01/2008	12/2014	5		5.000	5.000		25.000	25.000	25.000		80.000	
1	111	2002/54		Aquisição e reparação de viaturas	02	07010602	O			0103	01/2002	12/2014	5	162.811	15.300	15.300		15.300	15.300	15.300		224.011	
1	111	2002/55		Aquisição e reparação de máquinas	02	07011002	O			0103	01/2002	12/2014	5	164.517	70.000	70.000		20.000	20.000	20.000		294.517	
1	111	2002/121		Aquisição de Viaturas - Leasing	02	070205	O			0103	01/2002	12/2014	5	306.654	21.500	21.500		21.500	21.500	21.500		392.654	
1	111	2004/13		Aquisição de maquinaria e equipamento - Leasing	02	070207	O			0103	01/2004	12/2014	5	227.338	70.000	70.000		65.000	64.000	57.000		483.338	
1	111	2010/10		Conservação e recuperação de edifícios municipais	02	07010301	O			0103	01/2010	12/2014	5	30.663	100.000	100.000		100.000	100.000	100.000		430.663	
1	111	2011/7		Candidatura Médio Tejo - Gestão em SIG - Sistema de Informação Territorial 2	02	070107	O		80	0103	01/2011	12/2011	0		6.300	6.300						6.300	
1	111	2011/8		Recuperação de edifícios e infraestruturas municipais danificadas pelo "Tornado" do dia 07/12/2010	02	07010301	E	100		0103	01/2011	12/2011	0		500.000	500.000						500.000	
														Totais do Programa 111:	2.801.748	1.423.900	1.423.900	0	537.300	536.300	529.300	0	5.828.548
<b>1</b>	<b>121</b>			<b>Protecção civil e luta contra incêndios</b>																			
1	121	2010/2		Protecção civil - aquisição de bens de investimento	02	070115	O			0103	01/2010	12/2014	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
														Totais do Programa 121:	0	5.000	5.000	0	5.000	5.000	5.000	0	20.000
														Totais do Objectivo 1:	2.801.748	1.428.900	1.428.900	0	542.300	541.300	534.300	0	5.848.548
<b>2</b>				<b>Funções sociais</b>																			
<b>2</b>	<b>211</b>			<b>Ensino não superior</b>																			
2	211	2002/2		Conservação e arranjos de edifícios escolares	02	07010305	O			0103	01/2002	12/2014	5	178.077	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		198.077	
2	211	2002/4		Equipamento e mobiliário																			
2	211	2002/4	1	Equipamento e mobiliário	02	07011002	O			0103	01/2010	12/2014	5	40.721	50.000	50.000		5.000	5.000	5.000		105.721	
2	211	2002/4	2	Equipamento Informático	02	070107	O			0103	01/2010	12/2014	5	798	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.798	



Município de Ferreira do Zêzere

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2011			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)	
<b>2</b>				<b>Funções sociais</b>																		
<b>2</b>	<b>211</b>			<b>Ensino não superior</b>																		
2	211	2002/4	3	Software/Programas informáticos	02	070108	O			0103	01/2010	12/2014	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000
2	211	2002/4	4	Quadros Interactivos	02	07011002	O			0103	01/2010	12/2014	5		10.000	10.000		5.000	5.000	5.000		25.000
2	211	2008/9		Centro Escolar de Ferreira do Zêzere	02	07010305	E	78		0103	01/2008	12/2011	3	332.853	3.400.000	3.400.000						3.732.853
Totais do Programa 211:														552.449	3.472.500	3.472.500	0	22.500	22.500	22.500	0	4.092.449
<b>2</b>	<b>242</b>			<b>Ordenamento do território</b>																		
2	242	2002/30		Revitalização sedes Freguesia	02	07010401	E	80		0103	01/2002	12/2014	5	1.772.765	600.000	600.000		50.000	50.000	50.000		2.522.765
2	242	2002/124		Cartografia do Concelho	02	070115	O			0103	01/2002	12/2014	5	66.314	10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		106.314
2	242	2002/125		Revisão do PDM	02	070115	O			0103	01/2002	12/2014	5	59.210	75.000	75.000		5.000	5.000	5.000		149.210
2	242	2002/126		Revitalização e dinamização do espaço urbano de Ferreira do Zêzere	02	07010401	E	80		0103	01/2002	12/2011	4	1.390.876	210.000	210.000						1.600.876
2	242	2005/1		Edifício da Quinta do Adro e Zona envolvente	02	07010405	E	80		0103	01/2005	12/2014	0		500.000	500.000		500.000	20.000	20.000		1.040.000
2	242	2008/1		Elaboração Plano Pormenor, Plano Urb. Estudos	02	070115	O			0103	01/2008	12/2014	5	70.723	120.000	120.000		50.000	50.000	50.000		340.723
2	242	2011/4		Revitalização e dinamização do espaço urbano de Ferreira do Zêzere - Zona de Intervenção V	02	07010401	E	80		0103	01/2011	12/2014	0		50.000	50.000		30.000	2.000	2.000		84.000
2	242	2011/4	2	Requalificação da Rua das Camélias	02	07010401	E	80		0103	01/2011	12/2014	0		60.000	60.000		46.000	10.000	5.000		121.000
2	242	2011/4	3	Arranjos exteriores do Largo Frei Diogo de Canter	02	07010401	E	80		0103	01/2011	12/2012	0		50.000	50.000		10.000				60.000
2	242	2011/4	4	Ligação da Travessa Colégio N.º S.ª do Pranto à Rua de S. Miguel	02	07010401	E	80		0103	01/2011	12/2011	0		42.000	42.000						42.000
2	242	2011/4	5	Aberturas de novos arruamentos na Vila	02	07010401	E	80		0103	01/2011	12/2014	0		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
2	242	2011/5		Arruamentos periféricos do Centro escolar de Ferreira do Zêzere	02	07010401	E			0103	01/2011	12/2012	0		15.000	15.000		10.000				25.000
Totais do Programa 242:														3.359.888	1.742.000	1.742.000	0	721.000	157.000	152.000	0	6.131.888
<b>2</b>	<b>243</b>			<b>Saneamento</b>																		
2	243	2002/38		Elab.Proj.Redes Saneamento Básico	02	07010402	O			0103	01/2002	12/2014	5	11.431	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		31.431
2	243	2002/39		Manutenção da rede de esgotos	02	07010402	O			0103	01/2002	12/2014	5	26.894	10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		66.894
2	243	2008/4		Prolongamento de Redes de Saneamento	02	07010402	A			0103	01/2008	12/2014	5	135.496	15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		195.496
Totais do Programa 243:														173.821	30.000	30.000	0	30.000	30.000	30.000	0	293.821
<b>2</b>	<b>244</b>			<b>Abastecimento de água</b>																		
2	244	2002/44		Prolongamento de Redes de Abastecimento	02	07010407	A			0103	01/2001	12/2014	5	42.145	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		62.145
2	244	2002/47		Reparação de condutas	02	07010407	O			0103	01/2001	12/2014	5	74.817	50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		274.817

Município de Ferreira do Zêzere

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2011			Anos seguintes				
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)	
<b>2 Funções sociais</b>																						
<b>2 244 Abastecimento de água</b>																						
2	244	2002/48		Inst. ramais/repar.Aquisição contadores água	02 07011002	O				0103	01/2001	12/2014	5	107.973	30.000	30.000		10.000	10.000	10.000		167.973
2	244	2011/2		Construção de reservatórios de Água	02 07010407	E				0103	01/2011	12/2011	0		77.000	77.000						77.000
Totais do Programa 244:													224.935	162.000	162.000	0	65.000	65.000	65.000	0	581.935	
<b>2 245 Resíduos sólidos</b>																						
2	245	2002/40		Aquisição de contentores	02 07011001	O				0103	01/2002	12/2014	5	71.717	10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		111.717
2	245	2003/2		Aquisição de Viaturas afectas ao sistema de recolha de resíduos (leasing)	02 070207	O				0103	01/2002	12/2014	5	120.594	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		140.594
2	245	2003/14		Aquisição e reparação de viaturas afectas ao sistema de recolha de resíduos	02 07010601	O				0103	01/2003	12/2014	5	40.883	50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		240.883
2	245	2010/4		Ilhas Ecológicas e Ecopontos	02 07011001	O				0103	01/2010	12/2014	5		30.000	30.000		5.000	5.000	5.000		45.000
Totais do Programa 245:													233.194	95.000	95.000	0	70.000	70.000	70.000	0	538.194	
<b>2 246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza</b>																						
2	246	2002/42		Manutenção do Cemitério da Vila	02 07010412	O				0103	01/2001	12/2014	5	625.988	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		645.988
2	246	2002/51		Arborização Terrenos Municipais	02 07010405	O				0103	01/2002	12/2014	5	110	10.000	10.000		3.000	3.000	3.000		19.110
2	246	2002/52		Jardins e espaços verdes do Concelho	02 07010405	O				0103	01/2001	12/2014	5	61.269	15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		121.269
2	246	2004/1		Construção de Parque de Lazer e Parque Verde "Quinta do Adro"	02 07010406	E			80	0103	01/2004	12/2011	4	1.252.322	750.000	750.000						2.002.322
2	246	2006/7		Agenda Local XXI	02 070115	O				0103	01/2006	12/2014	0	4.800	15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		64.800
2	246	2006/10		Comparticipação aquisição de viatura para captura e transporte de animais - Canil Intermunicipal	02 070115	O				0103	01/2006	12/2011	5		7.500	7.500						7.500
2	246	2010/3		Sanitários Públicos	02 07010413	E				0103	01/2010	12/2014	0		40.000	40.000		1.500	1.500	1.500		44.500
Totais do Programa 246:													1.944.489	842.500	842.500	0	39.500	39.500	39.500	0	2.905.489	
<b>2 251 Cultura</b>																						
2	251	2002/7		Equip./mobiliário p/ Biblioteca Municipal	02 07011002	O				0103	01/2002	12/2014	5	232.521	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		252.521
2	251	2002/8		Aquisição Livros/CD's/Videos p/ Biblioteca	02 07011002	O				0103	01/2002	12/2014	5	111.312	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		131.312
<b>2 251 2002/18 Espaço Internet</b>																						
2	251	2002/18	1	Equipamento Informático	02 070107	O				0103	01/2002	12/2014	5	21.701	2.000	2.000		2.000	2.000	2.000		29.701
2	251	2002/18	2	Equipamento Básico	02 07011002	O				0103	01/2002	12/2014	5	5.483	1.750	1.750		1.750	1.750	1.750		12.483
2	251	2003/3		Equipamento do Cine-Teatro	02 07011002	O				0103	01/2003	12/2014	5	8.728	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		28.728
2	251	2006/4		Equipamento Edifício Sócio Cultural	02 07011002	O				0103	01/2006	12/2014	5	10.002	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		30.002
2	251	2006/6		Pavilhão Multiusos	02 07010302	E				0103	01/2007	12/2014	0					75.000	300.000	300.000		675.000



Município de Ferreira do Zêzere

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2011			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)		
<b>3</b>				<b>Funções económicas</b>																			
<b>3</b>	<b>331</b>			<b>Transportes rodoviários</b>																			
3	331	2007/17		Estrada de Ovelheiras (Ligação Estrada de Lagoa à Estrada de Almogadel) c/ reformulação de infraestruturas	02	07010401	E			0103	01/2007	12/2014	0		60.000	60.000		60.000					120.000
3	331	2008/6		Beneficiação da E.Reg.348 entre Ferreira do Zêzere e Albufeira do Castelo de Bode	02	07010401	E	80		0103	01/2008	12/2011	4	298.880	20.500	20.500							319.380
3	331	2008/7		Arruamentos em Avecasta c/ reformulação de infraestruturas	02	07010401	E			0103	01/2008	12/2011	3	18.596	60.000	60.000							78.596
3	331	2008/8		Rectificação da Ex 348 entre Ramal e Tojal (EN110) (em articulação com futuro nó do IC3)	02	07010401	E			0103	01/2008	12/2012	0		25.000	25.000		200.000					225.000
3	331	2010/12		Limite do Concelho com Tomar - Touco Pias	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2012	0		20.000	20.000		130.000					150.000
3	331	2010/13		Ligação Ferreira do Zêzere Alvaiázere (Senhora da Orada a Portela do Braz)	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2010	5		1	1							1
3	331	2010/14		Arruamentos na freguesia de Águas Belas	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		17.800	17.800		17.800	17.800	17.800			71.200
3	331	2010/15		Arruamentos na freguesia de Areias	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		25.359	25.359		26.900	26.900	26.900			106.059
3	331	2010/16		Arruamentos na freguesia de Bêco	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		16.800	16.800		16.800	16.800	16.800			67.200
3	331	2010/17		Arruamentos na freguesia de Chãos	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		9.834	9.834		17.900	17.900	17.900			63.534
3	331	2010/18		Arruamentos na freguesia de Dornes	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		16.300	16.300		16.300	16.300	16.300			65.200
3	331	2010/19		Arruamento na freguesia de Ferreira do Zêzere	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		25.200	25.200		25.200	25.200	25.200			100.800
3	331	2010/20		Arruamentos na freguesia de Igreja Nova do Sobral	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		8.422	8.422		13.900	13.900	13.900			50.122
3	331	2010/21		Arruamento na freguesia de Paio Mendes	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		12.500	12.500		12.500	12.500	12.500			50.000
3	331	2010/22		Arruamentos na freguesia de Pias	02	07010401	E			0103	01/2010	12/2014	5		12.500	12.500		12.500	12.500	12.500			50.000
3	331	2011/3		Implementação de medidas de segurança rodoviária e redução de sinistralidade	02	07010401	E	80		0103	01/2011	12/2014	0		150.000	150.000		100.000	100.000	100.000			450.000
3	331	2011/6		Estrada de Lagoa a Milheiros	02	07010401	E			0103	01/2011	12/2012	0		40.000	40.000		10.000					50.000
Totais do Programa 331:														3.027.666	1.300.216	1.300.216	0	1.439.800	1.039.800	1.039.800	0	7.847.282	
<b>3</b>	<b>332</b>			<b>Transportes aéreos</b>																			
3	332	2002/24		Infraestruturas na pista das Valadas	02	07010401	O			0103	01/1999	12/2014	5	289.268	2.500	2.500		2.500	2.500	2.500			299.268
Totais do Programa 332:														289.268	2.500	2.500	0	2.500	2.500	2.500	0	299.268	
<b>3</b>	<b>341</b>			<b>Mercados e feiras</b>																			
3	341	2002/32		Alt./ampl.Merc.Munic.(incl.Estac.Cob. e desc.)	02	07010303	E	80		0103	01/2002	12/2011	4	1.479.364	950.000	950.000							2.429.364
Totais do Programa 341:														1.479.364	950.000	950.000	0	0	0	0	0	2.429.364	

Município de Ferreira do Zêzere

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2011			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)		
<b>3 Funções económicas</b>																							
<b>3 342 Turismo</b>																							
3	342	2002/10		Estruturas fluviais municipais - Praias, cais etc. (Praia Fluvial Dornes, Bairradinha)	02	07010406	O				0103	01/2001	12/2014	5	64.892	60.000	60.000		50.000	50.000	50.000		274.892
3	342	2002/49		Construção de parque de campismo	02	07010406	E				0103	01/2002	12/2012	0	28.141	5.000	5.000		185.000				218.141
3	342	2002/50		Lagar de S. Guilherme (equipamento/obras)	02	07011002	O				0103	01/2002	12/2012	1	63.163	7.500	7.500		140.000				210.663
3	342	2010/5		Miradouro na serra de Stª Catarina	02	07010405	E				0103	01/2010	12/2011	0		5.000	5.000					5.000	
3	342	2010/6		Parque para auto-caravanas	02	07010405	E				0103	01/2010	12/2011	0		5.000	5.000					5.000	
3	342	2010/7		Rotas e percursos turísticos temáticos	02	07010405	A				0103	01/2010	12/2011	0		5.000	5.000					5.000	
3	342	2010/8		Parque Ecológico na "Serra do Concelho"	02	07010405	O				0103	01/2010	12/2011	5		5.000	5.000					5.000	
3	342	2010/9		Posto de Turismo em Dornes	02	07010301	E	80		0103	01/2010	12/2012	5		100.000	100.000		50.000				150.000	
3	342	2011/1		Grande Rota do Zêzere	02	07010405	E	70		0103	01/2011	12/2011	0		54.300	54.300						54.300	
Totais do Programa 342:															156.196	246.800	246.800	0	425.000	50.000	50.000	0	927.996
Totais do Objectivo 3:															7.528.059	2.622.516	2.622.516	0	2.373.300	1.184.300	1.184.300	0	14.892.475
<b>4 Outras funções</b>																							
<b>4 43 Diversas não especificadas</b>																							
4	43	2008/3		Complicação nos projectos da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	02	070115	O			0103	01/2008	12/2014	5	39.451	85.000	85.000		80.000	80.000	80.000		364.451	
Totais do Programa 43:															39.451	85.000	85.000	0	80.000	80.000	80.000	0	364.451
Totais do Objectivo 4:															39.451	85.000	85.000	0	80.000	80.000	80.000	0	364.451
Total Geral:															18.088.500	10.606.666	10.606.666	0	4.132.850	2.803.850	2.891.850	0	38.523.716

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



## Mapa das Actividades Mais Relevantes

Município de Ferreira do Zêzere

Actividades mais Relevantes do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2011			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)	
<b>1</b>				<b>Funcoes Gerais</b>																		
<b>1</b>	<b>121</b>			<b>Protecção civil e luta contra incêndios</b>																		
1	121	2002/5010		Serviço Municipal de Protecção Civil																		
1	121	2002/5010	1	Aquisição de Bens	02	020121	O			0103	01/2002	12/2014	5	37.362	6.000	6.000		6.000	6.000	6.000		61.362
1	121	2002/5010	2	Aquisição de serviços	02	02022502	O			0103	01/2002	12/2014	5	17.273	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		37.273
1	121	2010/11		Apoio aos Bombeiros Voluntários																		
1	121	2010/11	1	Apoio despesas de funcionamento (Sub.Mensal, Equipas Intervenção Permanente, Etc.)	02	04070101	O			0103	01/2010	12/2014	5	60.813	125.000	125.000		125.000	125.000	125.000		560.813
1	121	2010/11	2	Apoio despesas de investimento (Ambulância etc)	02	08070101	O			0103	01/2010	12/2014	5	21.651	40.000	40.000		40.000	40.000	40.000		181.651
<b>Totais do Programa 121:</b>														<b>137.099</b>	<b>176.000</b>	<b>176.000</b>	<b>0</b>	<b>176.000</b>	<b>176.000</b>	<b>176.000</b>	<b>0</b>	<b>841.099</b>
<b>Totais do Objectivo 1:</b>														<b>137.099</b>	<b>176.000</b>	<b>176.000</b>	<b>0</b>	<b>176.000</b>	<b>176.000</b>	<b>176.000</b>	<b>0</b>	<b>841.099</b>
<b>2</b>				<b>Funções sociais</b>																		
<b>2</b>	<b>212</b>			<b>Serviços auxiliares de ensino</b>																		
2	212	2010/5005		Atribuições e competências municipais - Educação																		
2	212	2010/5005	1	Transportes Escolares	02	02021001	O			0103	01/2010	12/2014	5	82.783	700.000	700.000		400.000	400.000	400.000		1.982.783
2	212	2010/5005	2	Programa de generalização do fornecimento de refeições 1º CEB e Pré-Escolar	02	04080202	O			0103	01/2010	12/2014	5	129.218	270.000	270.000		270.000	270.000	270.000		1.209.218
2	212	2010/5005	3	Programa de expansão e desenvolvimento da educação Pré-Escolar - Prolongamento de horário	02	04080203	O			0103	01/2010	12/2014	5	22.648	60.000	60.000		60.000	60.000	60.000		262.648
2	212	2010/5005	4	Apoio económico - Aquisição de livros e material didático 1º CEB	02	04080203	O			0103	01/2010	12/2014	5	240	18.000	18.000		18.000	18.000	18.000		72.240
2	212	2010/5005	5	Atribuição de verba para expediente e limpeza 1º CEB e Pré- Escolar	02	020201	O			0103	01/2010	12/2014	5		3.300	3.300		3.300	3.300	3.300		13.200
2	212	2010/5005	6	Apoio para aquisição de computadores crianças do 1º CEB	02	04080203	O			0103	01/2010	12/2014	5		6.000	6.000		6.000	6.000	6.000		24.000
2	212	2010/5005	7	Atribuição para aquisição de material pedagógico às Escolas do 1º CEB e Pré-Escolar	02	04080203	O			0103	01/2010	12/2014	5		1.500	1.500		1.500	1.500	1.500		6.000
<b>Totais do Programa 212:</b>														<b>234.889</b>	<b>1.058.800</b>	<b>1.058.800</b>	<b>0</b>	<b>758.800</b>	<b>758.800</b>	<b>758.800</b>	<b>0</b>	<b>3.570.089</b>
<b>2</b>	<b>232</b>			<b>Acção social</b>																		
2	232	2002/5005		Apoio a Famílias Carênciadas																		
2	232	2002/5005	1	Aquisição de Bens	02	020121	O			0103	01/2006	12/2014	5	10.230	2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		20.230
2	232	2002/5005	2	Aquisição de Serviços	02	02022502	O			0103	01/2006	12/2014	5	1.331	2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		11.331
2	232	2002/5006		Comissão de Protecção de Crianças e Jovens																		
2	232	2002/5006	1	Aquisição de Bens	02	020121	O			0103	01/2002	12/2014	5	10.001	3.000	3.000		3.000	3.000	3.000		22.001
2	232	2002/5006	2	Aquisição de Serviços	02	02022502	O			0103	01/2002	12/2014	5	4.942	2.000	2.000		2.000	2.000	2.000		12.942



Município de Ferreira do Zêzere

Actividades mais Relevantes do ano 2011

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projecto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Acção				2011				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2012 (e)	2013 (f)	2014 (g)	Outros (h)			
<b>2 Funções sociais</b>																						
<b>2 232 Acção social</b>																						
2 232 2006/1 Rede Social																						
2 232 2006/1 1 Aquisição de Bens 02 020121 O 0103 01/2006 12/2014 5 4.008 5.000 5.000 5.000 5.000 5.000 24.008																						
2 232 2006/1 2 Aquisição de Serviços 02 02022502 O 0103 01/2006 12/2014 5 2.500 2.500 2.500 2.500 2.500 2.500 10.000																						
2 232 2010/5004 Oficina do Idoso 02 06020305 O 0103 01/2010 12/2014 5 5.000 5.000 5.000 5.000 5.000 5.000 20.000																						
2 232 2010/5019 Bolsas de estudo e deslocação 02 04080201 T 0103 01/2010 12/2014 5 14.823 14.823 14.823 15.000 15.000 15.000 74.646																						
Totais do Programa 232:														45.335	37.323	37.323	0	37.500	37.500	37.500	0	195.158
<b>2 246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza</b>																						
2 246 2006/5001 Canil Intermunicipal																						
2 246 2006/5001 1 Aquisição de Bens 02 020121 O 0103 01/2010 12/2014 5 10.000 10.000 10.000 10.000 10.000 10.000 40.000																						
2 246 2006/5001 2 Aquisição de serviços 02 02022502 O 0103 01/2010 12/2014 5 10.000 10.000 10.000 10.000 10.000 10.000 40.000																						
Totais do Programa 246:														0	20.000	20.000	0	20.000	20.000	20.000	0	80.000
<b>2 251 Cultura</b>																						
2 251 2010/5020 Programa Cultural e Promoção Turística do Concelho 02 06020305 O 0103 01/2010 12/2014 5 231.694 200.000 200.000 200.000 200.000 200.000 1.031.694																						
Totais do Programa 251:														231.694	200.000	200.000	0	200.000	200.000	200.000	0	1.031.694
<b>2 252 Desporto, recreio e lazer</b>																						
2 252 2002/5003 Actividades Desportivas																						
2 252 2002/5003 1 Aquisição de Bens 02 020121 O 0103 01/2002 12/2014 5 25.143 5.000 5.000 5.000 5.000 5.000 45.143																						
2 252 2002/5003 2 Aquisição de Serviços 02 02022502 O 0103 01/2002 12/2014 5 3.909 2.000 2.000 2.000 2.000 2.000 11.909																						
2 252 2002/5004 Tempos Livres																						
2 252 2002/5004 1 Aquisição de Bens 02 020121 O 0103 01/2002 12/2014 5 19.808 2.000 2.000 2.000 2.000 2.000 27.808																						
2 252 2002/5004 2 Aquisição de Serviços 02 02022502 O 0103 01/2002 12/2014 5 52.315 2.000 2.000 2.000 2.000 2.000 60.315																						
Totais do Programa 252:														101.175	11.000	11.000	0	11.000	11.000	11.000	0	145.175
Totais do Objectivo 2:														613.093	1.327.123	1.327.123	0	1.027.300	1.027.300	1.027.300	0	5.022.116
Total Geral:														750.192	1.503.123	1.503.123	0	1.203.300	1.203.300	1.203.300	0	5.863.215

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## **Mapa do Orçamento**

Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
<b>01</b>	<b>Impostos directos</b>	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	471.957
010203	Imposto único de circulação	116.125
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	440.088
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	31
01020702	Imposto municipal de sisa	15.960
01020703	Imposto municipal sobre veículos	500
01020799	Outros impostos abolidos	500
010299	Impostos directos diversos	500
<b>02</b>	<b>Impostos indirectos</b>	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.localis	
02020601	Mercados e feiras	500
02020602	Loteamentos e obras	27.454
02020603	Ocupação da via pública	375
02020605	Publicidade	500
02020699	Outros	
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	500
0202069999	Outros	2.204
<b>04</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	70.000
04012302	Loteamentos e obras	80.000
04012303	Ocupação da via pública	2.011
04012305	Caça, uso e porte de arma	200
04012306	Saneamento	170.000
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	500
0401239999	Outras	8.755
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	2.000
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	10.000
040299	Multas e penalidades diversas	500
<b>05</b>	<b>Rendimentos da propriedade</b>	

Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	2.000
0510	Rendas	
051003	Habitações	8.000
051004	Edifícios	30.000
051005	Bens de domínio público	9.000
051099	Outros	61.000
<b>06</b>	<b>Transferências correntes</b>	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.769.779
06030102	Fundo Social Municipal	143.308
06030103	Participação fixa no IRS	87.523
06030199	Outras	
0603019901	DREL	250.000
0603019902	Transportes escolares	300.000
0603019903	Administração Eleitoral	6.000
0603019904	Outros	119.000
0605	Administração local	
060501	Continente	28.500
0606	Segurança social	
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	
06060101	Comissão de Protecção Crianças e Jovens em Risco	19.000
06060102	Rede Social	1.000
06060103	Outras	1.000
060604	Outras transferências	13.000
<b>07</b>	<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	
0701	Venda de bens	
070103	Publicações e impressos	1.000
070106	Produtos agrícolas e pecuários	36.000
070108	Mercadorias	
07010801	Água	600.000
070199	Outros	5.000
0702	Serviços	
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020802	Serviços recreativos	80.000
07020803	Serviços culturais	5.000

Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
07020804	Serviços desportivos	5.000
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	50.000
07020902	Resíduos sólidos	350.000
07020904	Trabalhos por conta de particulares	200.000
07020905	Cemitérios	11.000
07020906	Mercados e feiras	18.000
07020907	Parques de estacionamento	1.000
07020999	Outros	
0702099901	EDP-CPPE	350.000
0702099902	Manutenção redes de água	388.000
0702099999	Outros	1.000
070299	Outros	
07029999	Outros	1.000
<b>08</b>	<b>Outras receitas correntes</b>	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	1.000
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	1.000
08019903	IVA reembolsado	76.900
08019999	Diversas	23.500
	Total das Receitas Correntes:	7.473.670
<b>09</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	850.000
090110	Famílias	850.000
0903	Edifícios	
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	800.000
090310	Famílias	800.000
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	15.000
09040102	Maquinaria e equipamento	15.000
<b>10</b>	<b>Transferências de capital</b>	
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
100101	Públicas	
10010101	Empresas públicas	2.000

Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
10010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.000
10010199	Outras	1.000
100102	Privadas	1.000
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.846.519
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	500.000
10030199	Outras	1.000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	4.750.000
<b>12</b>	<b>Passivos financeiros</b>	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	
120602	Sociedades financeiras	880.000
<b>13</b>	<b>Outras receitas de capital</b>	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	1.000
130199	Outras	1.000
<b>15</b>	<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	100
	Total das Receitas de Capital:	11.314.619
	Total do Orçamento da Receita:	18.788.289

Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante</b> €
Class. Orgânica/Económica			
<b>01</b>		<b>Administração Autárquica</b>	
01	01	Despesas com o pessoal	
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01	010204	Ajudas de custo	2.500
01	010213	Outros suplementos e prémios	
01	01021302	Outros	16.500
01	02	Aquisição de bens e serviços	
01	0201	Aquisição de bens	
01	020108	Material de escritório	1.000
01	020115	Prémios, condecorações e ofertas	500
01	0202	Aquisição de serviços	
01	020213	Deslocações e estadas	10.000
01	020215	Formação	1.000
01	020217	Publicidade	4.500
			Total das Despesas Correntes:
			36.000
			Total do Capitulo Orgânico 01:
			36.000
<b>02</b>		<b>Câmara Municipal e Serviços Municipais</b>	
02	01	Despesas com o pessoal	
02	0101	Remunerações certas e permanentes	
02	010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	167.000
02	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02	01010401	Pessoal em funções	1.242.500
02	01010402	Alterações obrigatórias de posic. remuneratório	500
02	01010403	Alterações facultativas pos. remuneratório	500
02	01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	116.500
02	010105	Pessoal além dos quadros	500
02	010106	Pessoal contratado a termo	
02	01010601	Pessoal em funções	56.100
02	01010604	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	25.900
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	50.000
02	010108	Pessoal aguardando aposentação	5.000
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	40.000
02	010111	Representação	24.600
02	010113	Subsidio de refeição	
02	01011399	Subsidio de refeição	200.000
02	010114	Subsidio de férias e de Natal	

Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica			
02	01011499	Subsídio de férias e de Natal	270.000
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	33.500
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02	010202	Horas extraordinárias	50.000
02	010204	Ajudas de custo	4.000
02	010205	Abono para falhas	1.200
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500
02	010213	Outros suplementos e prémios	
02	01021302	Outros	2.000
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	500
02	010302	Outros encargos com a saúde	20.000
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	18.500
02	010304	Outras prestações familiares	2.000
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	50.000
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	153.000
02	0103050202	Regime Geral	142.000
02	01030503	Segurança social-Regime geral	20.000
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	47.000
02	010310	Outras despesas de segurança social	
02	01031001	Eventualidade maternidade paternidade e adopção	500
02	01031099	Outras despesas de segurança social	500
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	12.000
02	02010202	Gasóleo	200.000
02	02010299	Outros	75.000
02	020104	Limpeza e higiene	10.000
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	7.500
02	020108	Material de escritório	12.500
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	7.500
02	020111	Material de consumo clínico	1.000
02	020112	Material de transporte-Peças	75.000



Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica			
02	020114	Outro material-Peças	60.000
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	20.000
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011601	Água	550.000
02	020117	Ferramentas e utensílios	10.000
02	020118	Livros e documentação técnica	1.500
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	1.500
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	10.000
02	020121	Outros bens	133.500
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	175.000
02	020202	Limpeza e higiene	350.000
02	020203	Conservação de bens	150.000
02	020204	Locação de edifícios	1.000
02	020208	Locação de outros bens	18.000
02	020209	Comunicações	60.000
02	020210	Transportes	
02	02021001	Transportes Escolares	700.000
02	02021002	Outros	10.000
02	020212	Seguros	55.000
02	020213	Deslocações e estadas	1.000
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	55.000
02	020215	Formação	100.000
02	020217	Publicidade	20.000
02	020218	Vigilância e segurança	500
02	020219	Assistência técnica	20.000
02	020220	Outros trabalhos especializados	20.000
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	50.000
02	020225	Outros serviços	
02	02022501	Encargos com iluminação pública	180.000
02	02022502	Outros	350.000
02	03	Juros e outros encargos	
02	0301	Juros da dívida pública	
02	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
02	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	101.000
02	0303	Juros de locação financeira	
02	030305	Material de transporte	5.000

Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica			
02	030306	Material de informática	500
02	030307	Maquinaria e equipamento	7.000
02	030308	Outros investimentos	1.000
02	0305	Outros juros	
02	030502	Outros	25.000
02	0306	Outros encargos financeiros	
02	030601	Outros encargos financeiros	500
02	04	Transferências correntes	
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050101	Municípios	500
02	04050102	Freguesias	15.000
02	04050108	Outros	500
02	0406	Segurança social	
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	500
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	
02	04070101	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários	125.000
02	04070102	Associações Filarmónicas	20.000
02	04070103	Associações Desportivas, Recreativas e Culturais	63.000
02	04070104	Outras	5.000
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	
02	04080201	Bolsas de Estudo e Deslocação	14.823
02	04080202	Apoio Almoços Ensino Básico e Jardins Infância	270.000
02	04080203	Outras	100.000
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	6.000
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	500
02	06020302	IVA pago	500
02	06020304	Serviços bancários	2.500

Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Orgânica/Económica			€
02	06020305	Outras	380.000
			Total das Despesas Correntes: 7.390.623
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070101	Terrenos	100.000
02	070102	Habitacões	
02	07010202	Aquisição	425.000
02	070103	Edifícios	
02	07010301	Instalações de serviços	701.000
02	07010303	Mercados e instalações de fiscalizaçao sanitária	950.000
02	07010305	Escolas	3.405.000
02	070104	Construções diversas	
02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.579.716
02	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	30.000
02	07010404	Iluminação pública	12.000
02	07010405	Parques e jardins	599.300
02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	896.000
02	07010407	Captaçao e distribuicao de água	132.000
02	07010408	Viaçao rural	830.000
02	07010409	Sinalizaçao e trânsito	10.000
02	07010412	Cemitérios	5.000
02	07010413	Outros	70.000
02	070106	Material de transporte	
02	07010601	Recolha de resíduos	50.000
02	07010602	Outro	15.300
02	070107	Equipamento de informática	60.600
02	070108	Software informático	26.500
02	070109	Equipamento administrativo	10.000
02	070110	Equipamento básico	
02	07011001	Equipamento de recolha de resíduos	40.000
02	07011002	Outro	201.750
02	070111	Ferramentas e utensílios	38.000
02	070113	Investimentos incorpóreos	5.000
02	070115	Outros investimentos	317.500
02	0702	Locaçao financeira	
02	070205	Material de transporte	21.500
02	070207	Maquinaria e equipamento	75.000

Município de Ferreira do Zêzere

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica			
02	070209	Outros investimentos	500
02	08	Transferências de capital	
02	0805	Administração local	
02	080501	Continente	
02	08050102	Freguesias	20.000
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	
02	08070101	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários	40.000
02	08070102	Associações Filarmónicas	5.000
02	08070103	Associações Desportivas e Recreativas	5.000
02	08070104	Outras	200.000
02	10	Passivos financeiros	
02	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
02	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	455.000
02	11	Outras despesas de capital	
02	1102	Diversas	
02	110299	Outras	30.000
Total das Despesas de Capital:			11.361.666
Total do Capitulo Orgânico 02:			18.752.289
Total do Orçamento da Despesa:			18.788.289

**ORGÃO EXECUTIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....

**ORGÃO DELIBERATIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....

Município de Ferreira do Zêzere

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2011

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes .....	7.473.670		Correntes .....	7.426.623	
Capital .....	11.314.619		Capital .....	11.361.666	
Total:		18.788.289	Total:		18.788.289
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		18.788.289	Total Geral:		18.788.289

**ORGÃO EXECUTIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....

**ORGÃO DELIBERATIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....



## **Notas Explicativas**

## NOTAS EXPLICATIVAS

Nota: As últimas alterações introduzidas encontram-se assinaladas a cor diferente, para uma maior facilidade de leitura e compreensão do documento.

CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS		
(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)		
CONTA	NOTA	Última alteração
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		
01 – Impostos directos	Este capítulo engloba, de forma desagregada, os impostos directos municipais estabelecidos na lei das finanças locais e no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, designadamente o imposto municipal sobre imóveis, o imposto municipal sobre veículos, imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e a derrama e, ainda, os montantes arrecadados sob a forma de impostos abolidos, como poderá ser o caso da contribuição autárquica e da sisa.	
01.02.02 – Outros – Imposto municipal sobre imóveis	Compreende as receitas que incidem sobre o valor tributável dos prédios situados no território de cada município, cobradas a título de imposto municipal sobre imóveis.	
01.02.07 – Outros – Impostos abolidos	Nesta rubrica devem registar-se as receitas provenientes da cobrança de impostos directos municipais que já não se encontrem em vigor. Sempre que se tenha de contabilizar receitas deste tipo, deve proceder-se à sua individualização por subartigos.  Face à publicação do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, e às alterações que do mesmo decorrem em matéria de impostos municipais, esta classificação deve ser desagregada em:  01.02.07.01 Contribuição autárquica 01.02.07.02 Imposto municipal de sisa.	
01.02.99 – Outros – Impostos directos diversos	Compreende as receitas não classificadas nos artigos tipificados deste grupo, como por exemplo a contribuição especial. As receitas devem ser individualizadas por subartigos.	
02 – Impostos indirectos	Engloba as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais.	
02.02.06 – Outros – Impostos indirectos específicos das autarquias locais	Compreende as receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo.	
02.02.06.01 – Outros – Mercados e feiras	Inclui as taxas relativas ao exercício de actividades de produtor, mandatário, comerciante, agente de vendas e outras, em mercados e feiras.  Não inclui as rendas provenientes da ocupação de espaços em mercados a classificar na rubrica 07.02.09.06.	
02.02.06.02 – Outros – Loteamentos e obras	Inclui taxas relativas a licenças de obras, loteamentos, obras na via pública e outras.	
02.02.06.03 – Outros – Ocupação da via pública	Inscvem-se nesta rubrica as taxas relativas à ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo do domínio público municipal, nomeadamente, antenas, alpendres, postes de transformação, quiosques, cabines telefónicas e depósitos subterrâneos.  Incluem-se também nesta rubrica as taxas por ocupação da via pública, por motivo de obras.	
02.02.06.04 – Outros – Canídeos	Inscvem-se nesta rubrica as taxas relativas ao licenciamento e ao registo dos canídeos.	
02.02.06.05 – Outros – Publicidade	Receita relativa à autorização para o emprego de meios de publicidade, nomeadamente, anúncios luminosos, placas publicitárias, cartazes e vitrinas.	
02.02.06.06 – Outros – Saneamento	Inscvem-se nesta rubrica as taxas relativas à conservação e ao tratamento de esgotos, previstas no artigo 19.º da Lei das Finanças Locais.	
02.02.06.07 – Outros – Utilização da rede viária municipal	Inclui as receitas relativas à utilização de rede viária municipal decorrente da actividade de exploração de inertes e massas minerais.	
02.02.06.99 – Outros	Rubrica de natureza residual onde são escrituradas as receitas que não se enquadrem nos	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	artigos anteriores.	
02.02.06.99.01 – Taxa municipal de direitos de passagem	Inscvem-se nesta rubrica as receitas provenientes da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), aplicada sobre os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal.	
02.02.06.99.02 – Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	Inclui as receitas da cobrança da taxa de depósito da ficha técnica da habitação, cobrada pelos municípios no âmbito do n.º 3 do artigo 5.º e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março, no caso de ser paga por uma unidade empresarial.	
04 – Taxas, multas e outras penalidades	Este capítulo engloba os seguintes grupos: 04.01 — «Taxas»; 04.02 — «Multas e outras penalidades».  No grupo das «Taxas» inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados.  No grupo das taxas só constituem receita das autarquias locais as verbas a inscrever na conta 04.01.23 «Taxas específicas das autarquias locais».  No grupo das «Multas e outras penalidades» engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.	
04.01.23 – Taxas – Taxas específicas das autarquias locais	Compreende as receitas provenientes da cobrança de taxas municipais estabelecidas na Lei das Finanças Locais.	
04.01.23.04 – Taxas – Canídeos	Compreende as receitas provenientes do registo e da emissão de licenças de canídeos.	
04.01.23.06 – Taxas – Saneamento	Inscvem-se nesta rubrica as taxas relativas à conservação e tratamento de esgotos, previstas no artigo 19º da Lei das Finanças Locais.	
04.01.23.99 – Taxas – Outras	Rubrica de natureza residual onde se contabilizam as receitas que não se enquadrem nos artigos anteriores.	
04.01.23.99.01 - Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	Compreende as receitas provenientes da cobrança da taxa de depósito da ficha técnica da habitação, cobrada pelos municípios no âmbito do n.º 3 do artigo 5.º e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março, no caso de ser paga por um particular.	
04.02.01 – Multas e outras penalidades – Juros de mora	Engloba as receitas provenientes da arrecadação de juros devidos pelas importâncias em dívida, quando pagas depois do prazo de pagamento voluntário.	
04.02.02 – Juros compensatórios	São receitas devidas quando, por facto imputável ao sujeito passivo, for retardada a liquidação de parte ou da totalidade do imposto devido, ou a entrega de imposto a pagar antecipadamente, retidos ou a reter no âmbito da substituição tributária. São também devidos juros compensatórios quando o sujeito passivo, por facto a si imputável, tenha recebido reembolso superior ao devido. São, ainda, considerados juros compensatórios os juros obtidos nomeadamente pela arrecadação deferida de valores devidos, quer respeitantes à regularização prestacional de contribuições em dívida à segurança social, quer de regularização de outros créditos devidos sobre terceiros e decorrentes de actividades das unidades institucionais.	
04.02.04 – Multas e outras penalidades – Coimas e penalidades por contra-ordenações	Incluem-se as receitas provenientes das coimas decorrentes das contra-ordenações praticadas.	
04.02.99 – Multas e outras penalidades – Multas e penalidades diversas	Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo. As receitas deste tipo, nomeadamente taxas de relaxe, devem ser individualizadas por subartigos.	
05 – Rendimentos da propriedade	Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de activos não produtivos,	



## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	nomeadamente terrenos e activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros). Dado que ao nível do grupo e artigo sistematicamente foram considerados sectores institucionais nas classificações económicas «Juros» e «Dividendos e outras participações nos lucros», refere-se de seguida o âmbito genérico, designado por «X» destas duas naturezas de receita.	
05.0X.0X – Juros	Engloba as receitas referentes a juros de empréstimos concedidos, ou outros tipos de financiamentos, de contratos subsidiários, de obrigações emitidas pelas sociedades, do pagamento em prestações do preço de arrematação dos bens imóveis, de depósitos de aplicações, etc.	
05.0X.0X – Dividendos e outras participações nos lucros	Incluem-se as receitas resultantes de dividendos e de lucros provenientes de sectores institucionais, nomeadamente, as receitas resultantes de dividendos de acções de sociedades e dos lucros que aos municípios cabem na exploração das empresas municipais e serviços municipalizados.	
05.10.01 – Rendas – Terrenos	Abrange as receitas provenientes do arrendamento de terrenos e da constituição do direito de superfície ou propriedade do solo, a favor de pessoas singulares ou colectivas. Apenas são de considerar os rendimentos da propriedade rústica, pelo que não devem ser incluídas as rendas de prédios urbanos que constituem receita a classificar no capítulo 07 – «Venda de bens e de serviços correntes».	
05.10.03 – Rendas – Habitações	Abrange as receitas provenientes do rendimento da propriedade consoante a natureza de direitos da autarquia local, a saber: compropriedade, propriedade horizontal, comodato, nua-propriedade, propriedade plena, direito de reversão, direito de superfície e usufruto.	
05.10.04 – Rendas – Edifícios	Abrange as receitas provenientes do rendimento da propriedade consoante a natureza de direitos da autarquia local, designadamente: compropriedade, propriedade horizontal, comodato, nua-propriedade, propriedade plena, direito de reversão, direito de superfície e usufruto.	
05.10.05 – Rendas – Bens de domínio público	Abrange as receitas provenientes do rendimento da propriedade de bens de domínio público, consoante a natureza de direitos da autarquia local, concretamente: compropriedade, propriedade horizontal, comodato, nua-propriedade, propriedade plena, direito de reversão, direito de superfície e usufruto. Como exemplo escolheram-se os rendimentos provenientes da cedência de espaços dos palácios.	
05.10.99 – Outros	Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo.	
05.11 – Activos incorpóreos	Integra as receitas provenientes do rendimento da propriedade relativas à cedência temporária, de direitos de propriedade intelectual (direitos de autor ou direitos conexos) ou os direitos de propriedade industrial (exploração de patentes, licenças, modelos, marcas, desenhos, processos de fabrico, etc.), ou ainda os contratos de cedência de know-how. Esta classificação económica não contempla a alienação dos activos incorpóreos, a qual se enquadra no capítulo «Outras receitas de capital», designadamente a classificação económica 13.01.02.	
06 – Transferências correntes	Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação preestabelecida. Este capítulo desagrega-se de acordo com a classificação do sector e da unidade institucional.	
06.03.06 – Estado – Participação comunitária em projectos co-financiados	Incluem-se as receitas provenientes da União Europeia que se destinem à participação comunitária nos projectos co-financiados. Esta conta deve ser desagregada de acordo com cada tipo de fundos comunitários.	
06.05 – Administração local	Compreende as receitas que, designadamente, os serviços municipalizados ou freguesias recebem dos municípios.	
07 – Venda de bens e serviços correntes	Neste capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços. As receitas enquadráveis neste capítulo estão subjacentes preços que correspondem a valores	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	sensivelmente idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos. Este capítulo desagrega-se em três grupos, que se apresentam de seguida: 07.01 — «Venda de bens»; 07.02 — «Serviços»; 07.03 — «Rendas.	
07.01.01 – Vendas de bens – Material de escritório	Incluem-se as receitas provenientes do produto da venda de bens que não sejam considerados equipamento de escritório (imobilizado), embora alguns sejam inventariáveis, caso do material considerado excedentário ou obsoleto.	
07.01.02 – Vendas de bens – Livros e documentação técnica	Engloba as receitas oriundas da venda de livros técnicos e documentação técnica, desde que relacionados com a actividade de forma directa ou indirecta.	
07.01.03 – Vendas de bens – Publicações e impressos	Escritura-se o produto das cobranças provenientes da venda ao sector particular ou empresarial de publicações e impressos, de acordo com a legislação em vigor.	
07.01.04 – Vendas de bens – Fardamentos e artigos pessoais	Englobam-se as receitas cobradas como reembolso das verbas despendidas com a aquisição de fardamentos e artigos destinados a serem utilizados por pessoal adstrito aos seus serviços, quando a lei não determine o fornecimento gratuito deste material.	
07.01.05 – Vendas de bens – Bens inutilizados	Incluem-se as receitas provenientes da venda de bens, como por exemplo a venda de bens móveis considerados não duradouros (ferramentas e utensílios), de papel inútil, de óleos de lubrificação já usados, etc.	
07.01.06 – Vendas de bens – Produtos agrícolas e pecuários	Englobam-se as receitas resultantes da venda de lenhas, palhas, ervas, frutos, matos e outras produções das margens de leitos de rios e ribeiros, das florestas, das estações piscícolas e de outras explorações, exceptuando-se contudo, a extracção de areias cuja venda, por estar sujeita a licenciamento prévio, será contabilizada no capítulo 04 — «Taxas».	
07.01.07 – Vendas de bens – Produtos alimentares e bebidas	Incluem-se as receitas provenientes da venda dos produtos alimentares e bebidas.	
07.01.08 – Vendas de bens – Mercadorias	Incluem-se as receitas das vendas de mercadorias.  Esta conta deve ser desagregada de acordo com o tipo de bens e produtos, designadamente habitação social, água, electricidade ou outros, quando adquiridos ao exterior com o objectivo de venda.	
07.01.09 – Vendas de bens – Matérias de consumo	Incluem-se as receitas provenientes das existências (consumos), como, por exemplo, produtos farmacêuticos, material de consumo clínico, produtos alimentares, material de consumo hoteleiro, material de consumo administrativo e material de manutenção e conservação.	
07.01.10 – Vendas de bens – Desperdícios, resíduos e refugos	Englobam-se as receitas resultantes da venda de bens cuja característica principal é derivarem do processo produtivo normal, na forma de um bem com valor comercial, sem no entanto ter sido esse o objectivo da produção. Esta conta deve ser desagregada em conformidade com a respectiva conta da classificação patrimonial.	
07.01.11 – Vendas de bens – Produtos acabados e intermédios	Englobam-se as receitas resultantes da venda de produtos acabados e intermédios efectuados a terceiros, designadamente a venda de água. Esta conta deve ser desagregada em conformidade com a respectiva conta da classificação patrimonial.	
07.02.01 – Serviços – Aluguer de espaços e equipamentos	Incluem-se as receitas provenientes do arrendamento ou aluguer esporádico de espaços e equipamentos da entidade que não sejam de classificar em 07.02.08.	
07.02.05 – Serviços – Actividades de saúde	Engloba as receitas resultantes das facturações emitidas em relação aos vários subsistemas relativamente a entidades de direito público e privado.	
07.02.06 – Serviços – Reparações	Abrange as receitas provenientes de reparações.	
07.02.07 – Alimentação e alojamento	Abrange as receitas oriundas do fornecimento de alimentação e estada aos funcionários, nomeadamente na utilização de centros de formação.	
07.02.08 – Serviços sociais,	Abrange as receitas resultantes da utilização de piscinas, museus e bibliotecas e a cedência,	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
recreativos, culturais e de desporto	a título oneroso, dessas mesmas instalações para a realização de certames e manifestações de carácter desportivo, social, cultural e recreativo.	
07.02.09 – Serviços específicos das autarquias	Abrange as receitas provenientes da prestação de serviços específicos das autarquias.	
07.02.09.01 – Saneamento	Receita proveniente da ligação ao sistema de drenagem de águas residuais.	
07.02.09.02 – Resíduos sólidos	Receita proveniente do serviço prestado relativo à recolha, depósito e tratamento de lixos.	
07.02.09.04 – Trabalho por conta de particulares	Abrange as receitas resultantes da venda de serviços prestados pela autarquia local. Compreende as receitas cobradas pela realização de trabalhos requisitados ou da responsabilidade de pessoas singulares ou colectivas, nomeadamente a reconstrução de passeios, demolições e outras obras ou serviços.	
07.02.09.06 – Mercados e feiras	Esta rubrica compreende as receitas provenientes de arrecadação, manutenção e guarda de volumes, estacionamento de veículos de transporte e a utilização de materiais ou outros artigos municipais, quando não incluídos nas taxas de ocupação.	
07.02.09.09 – Canídeos e gatídeos	Compreende as receitas provenientes da prestação de serviços referentes ao alojamento de canídeos e gatídeos no canil municipal, enquadradas na alínea x) do artigo n.º 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.	2009
07.02.09.99 – Outros	Rubrica de natureza residual onde se incluem as receitas não classificáveis nas outras rubricas. São exemplo destas receitas as provenientes das chamadas telefónicas particulares.	
07.03 – Rendas	Abrange as receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios para fins habitacionais ou outros.	
07.03.01 – Habitações	Englobam-se as receitas provenientes de rendas pagas pelos inquilinos das casas de habitação que fazem parte do património das autarquias locais, incluindo os que são funcionários públicos, de acordo com a legislação em vigor. Este artigo deverá ser desagregado em subartigos de acordo com o tipo de habitação, ou seja, em casas de função, casas de guarda florestais ou outras.	
07.03.02 – Edifícios	Incluem-se o produto das rendas de casas pertencentes às autarquias locais, alugadas para fins não habitacionais (armazenagem, guarda ou arrecadação de artigos ou materiais, comércio, indústria, etc.).	
07.03.99 – Outras	Abrange as receitas provenientes de rendas não tipificadas nos artigos precedentes. Compreendem-se nesta rubrica as rendas e alugueres de quaisquer outros bens, nomeadamente máquinas e viaturas. São de excluir os rendimentos da propriedade rústica, como já foi referido no capítulo 05., grupo 10., artigo 01. Terrenos, aqui se contabilizando somente os relativos a prédios urbanos.	
08 – Outras receitas correntes	Inclui as receitas não tipificadas nos artigos precedentes.	
08.01.99 – Outras receitas correntes – Outras – Outras	Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo, como sejam as resultantes das indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, a indemnização de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às entidades e as recuperações de IVA.	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		
09 - Venda de bens de investimento	Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil. Este capítulo desagrega-se em quatro grupos, que a seguir se discriminam: 09.01 — «Terrenos»; 09.02 — «Habitações»;	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	09.03 — «Edifícios»; 09.04 — «Outros bens de investimento».	
09.01 — Terrenos	Engloba as receitas provenientes da alienação de terrenos, de harmonia com a legislação em vigor. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos terrenos que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.	
09.02 — Habitações	Incluem-se as receitas oriundas da alienação de imóveis destinados a habitações. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, das habitações que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.	
09.03 – Edifícios	Abrange o produto da alienação de edifícios construídos ou adquiridos para fins diferentes dos da habitação, tais como instalação de serviços, escolas, creches, pavilhões desportivos, bibliotecas, armazéns e garagens. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos edifícios que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.	
09.04 — Outros bens de investimento	Englobam-se as receitas provenientes da alienação de construções diversas, melhoramentos fundiários, material de transporte, maquinaria e equipamento, animais, investimentos incorpóreos, etc. Inclui-se também o produto da alienação de viaturas automóveis dadas como incapazes. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação de bens de investimento não classificáveis nos grupos anteriores deste capítulo, como por exemplo, os barcos e tractores de estrada, incluindo as alienações em hasta pública. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.	
09.04,....01 – Equipamento de transporte	Inscrevem-se nesta rubrica os rendimentos provenientes da alienação de material de transporte, nomeadamente viaturas ligeiras e pesadas, barcos e tractores de estrada.	
09.04,....02 – Maquinaria e equipamento	Inclui o produto da alienação de maquinaria ou equipamento, designadamente máquinas geradoras, transformadoras, mobiliário dos serviços, ficheiros e máquinas de fotocopiar.	
09.04,....03 – Outros	Rubrica de natureza residual onde são escrituradas as receitas que não se enquadrem nos artigos anteriores.	
10 – Transferências de capital	Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui as receitas relativas a heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e ainda as receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.	X
10.03.07 – Estado – Participação comunitária em projectos co-financiados	Incluem-se as receitas provenientes da União Europeia que se destinem à participação comunitária nos projectos co-financiados. Esta conta deve ser desagregada de acordo com cada tipo de fundos comunitários.	
11 — Activos financeiros	Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação, assim como as resultantes do reembolso a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afectos aos serviços municipalizados ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei. Os activos financeiros apresentam uma estrutura comum nos vários tipos de aplicações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, uma vez que se optou por seguir uma uniformização em termos de classificador económico sabendo à partida que só alguns sectores institucionais o irão utilizar.	
11.02 — Títulos a curto prazo	Engloba as receitas provenientes das aplicações financeiras de prazo inferior a um ano, nomeadamente os bilhetes do Tesouro, as obrigações e títulos de participação, certificados de aforro, depósitos negociáveis, etc. Os artigos deverão ser desagregados pelos sectores institucionais anteriormente mencionados.	
11.03 — Títulos a médio e longo	Engloba as receitas provenientes das aplicações financeiras de prazo superior a um ano,	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
prazos	incluindo os depósitos negociáveis. Os artigos deverão ser desagregados pelos sectores institucionais anteriormente mencionados.	
11.05 — Empréstimos a curto prazo	Engloba as receitas provenientes de empréstimos concedidos a título reembolsável com horizonte temporal inferior a um ano. Os artigos deverão ser desagregados pelos sectores institucionais anteriormente mencionados.	
11.05.06 – Administração local – Continente	Engloba as receitas provenientes de empréstimos concedidos aos serviços municipalizados com sede no Continente, a título reembolsável com horizonte temporal inferior a um ano.	
11.05.07 – Administração local – Regiões autónomas	Engloba as receitas provenientes de empréstimos concedidos aos serviços municipalizados com sede nas Regiões Autónomas, a título reembolsável com horizonte temporal inferior a um ano.	
11.06 – Empréstimos a médio e longo prazos	Engloba as receitas provenientes de empréstimos concedidos a título reembolsável com horizonte temporal superior a um ano. Os artigos deverão ser desagregados pelos sectores institucionais anteriormente mencionados.	
11.06.06 – Administração local – Continente	Engloba as receitas provenientes de empréstimos concedidos aos serviços municipalizados com sede no Continente, a título reembolsável com horizonte temporal superior a um ano.	
11.06.07 – Administração local – Regiões autónomas	Engloba as receitas provenientes de empréstimos concedidos, aos serviços municipalizados com sede nas regiões autónomas, a título reembolsável com horizonte temporal superior a um ano.	
11.08 — Acções e outras participações	Engloba as receitas provenientes da alienação de aplicações financeiras, nomeadamente acções e outras participações. Os artigos deverão ser desagregados pelos sectores institucionais anteriormente mencionados.	
11.09 — Unidades de participação	Engloba as receitas provenientes da alienação de outras aplicações financeiras, nomeadamente as unidades de participação. Os artigos deverão ser desagregados pelos sectores institucionais anteriormente mencionados.	
11.10 – Alienação de partes sociais de empresas	Incluem-se as receitas provenientes das operações relacionadas com a alienação de partes de capital de empresas participadas.	
12 — Passivos financeiros	Como «Passivos financeiros» consideram-se as receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazos. Os passivos financeiros apresentam uma estrutura comum nos vários tipos de aplicações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, uma vez que se optou por seguir uma uniformização em termos de classificador económico sabendo à partida que só alguns sectores institucionais o irão utilizar. Os grupos por corresponderem a conceitos já utilizados, desdobram-se por artigos que, por sua vez, envolvem caracterização de âmbito institucional igualmente conhecida, não carecem de esclarecimento suplementar.	
13 — Outras receitas de capital	Trata-se de um capítulo económico com carácter residual.	
13.01.01 — Indemnizações	Engloba as receitas de todos os ganhos inerentes a contratos celebrados e que foram incumpridos pela outra parte envolvida. Inclui também as receitas resultantes das compensações pagas relativas a sinistros.	
13.01.02 — Activos incorpóreos	Integra as receitas de capital provenientes da alienação de direitos de propriedade intelectual (direitos de autor ou direitos conexos) ou os direitos de propriedade industrial (exploração de patentes, licenças, modelos, marcas, desenhos, processos de fabrico, etc.), ou ainda os contratos de cedência de <i>know-how</i> . Esta classificação económica não contempla a cedência temporária dos activos incorpóreos, a qual se enquadra no capítulo de «Rendimentos da propriedade», designadamente a classificação económica 05.11.	
<b>Outras Receitas</b>		
15.01.01 — Reposições não abatidas nos pagamentos	Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam. Contudo, neste capítulo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso contrário, ou seja, no caso de as devoluções terem lugar	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	antes do encerramento do ano financeiro, estamos perante reposições abatidas nos pagamentos. Estas últimas implicam unicamente correcções da dotação utilizada e do respectivo saldo disponível e, portanto, não são tidas como receita orçamental.	
16.01 — Saldo orçamental	<p>Contabilizam-se os saldos de gerência que constituem receita das autarquias locais no ano seguinte àquele a que respeitam. A sua utilização, total ou parcial, só pode ocorrer em sede de revisão orçamental, como contrapartida de aumentos de despesas orçadas após apreciação e votação, pelo órgão deliberativo competente, da conta de gerência a que respeitam.</p> <p>Desagrega-se em saldo na posse do serviço e na posse do serviço – consignado, sempre que no mesmo estejam incluídas verbas atribuídas para fins específicos que até ao final de cada exercício não tenham sido aplicadas.</p>	
17 — Operações extra-orçamentais	<p>Neste agrupamento englobam-se as operações que não são consideradas receita orçamental, mas com expressão na tesouraria.</p> <p>Este capítulo desagrega-se em três grupos, que a seguir se apresentam:</p> <p>17.01 - «Operações de tesouraria – Receitas do Estado»;</p> <p>17.02 - «Outras operações de tesouraria».</p>	
17.01 — Operações de tesouraria — Receitas do Estado	Engloba os montantes provenientes de impostos, contribuições e outros, retidos e que posteriormente serão entregues nos cofres públicos, como por exemplo, o IRS, o imposto de selo, a ADSE, etc., bem como os montantes provenientes de impostos, contribuições e outros, entregues nos cofres públicos.	
17.02 — Outras operações de tesouraria	Incluem-se os montantes provenientes de retenção de fundos alheios que deverão constituir posteriormente fluxos de entrega às entidades a quem respeitam, como, por exemplo, os descontos em vencimentos que não sejam receitas das autarquias locais, as cauções e garantias de fornecedores, os recibos para cobrança debitados ao tesoureiro, as quotas de sindicatos, etc.	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
01 — Despesas com o pessoal	<p>Neste agrupamento devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus <b>trabalhadores que exercem funções públicas, como aos indivíduos que prestam serviço na autarquia local em regime de tarefa e avença</b>.</p> <p>Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus <b>trabalhadores</b>.</p> <p>Consideram-se «Remunerações principais» todas aquelas que são pagas como forma principal de rendimento dos <b>trabalhadores que exercem funções públicas</b>, de que são exemplos, entre outras: vencimentos, salários, gratificações certas e pensões. Por «Abonos acessórios» entende-se, de um modo geral, os que são atribuídos como contrapartida de certa situação, esforço ou responsabilidade especial, tais como gratificações variáveis, suplementos e prémios, despesas de representação, horas extraordinárias, abonos para falhas, ajudas de custo, etc. Como subagrupamentos das «Despesas com o pessoal» têm-se:</p> <p>Códigos Subagrupamentos</p> <p>01.01 «Remunerações certas e permanentes».</p> <p>01.02 «Abonos variáveis ou eventuais».</p> <p>01.03 «Segurança social».</p>	2009
01.01 — Remunerações certas e permanentes	Tendo por denominador comum, a exigência do processamento nominalmente individualizado, apresentam-se no classificador com a desagregação constante nas respectivas notas explicativas.	



## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
01.01.01 — Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	Consideram-se as remunerações legalmente aprovadas para os membros dos órgãos autárquicos.	
01.01.02 — Órgãos sociais	Incluem-se as remunerações dos titulares de órgãos sociais das entidades equiparadas a autarquias locais para efeitos de aplicação do POCAL, designadamente as associações de municípios e associações de freguesias de direito público, as áreas metropolitanas e as regiões de turismo.	
01.01.03 — Pessoal dos quadros — Regime de função pública	Até à revisão do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e tendo em conta o novo quadro resultante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro de 2008, (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações – LVCR), o qual define e regula os Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas), devem apenas ser aqui contabilizadas as situações que se enquadrem no âmbito do artigo 10.º da LVCR que, por não se aplicar às autarquias locais, implica a não abertura e utilização desta rubrica.	2009
01.01.04 — Pessoal dos quadros — Regime de contrato individual de trabalho <b>(Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado)</b>	Até à revisão do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e tendo em conta o novo quadro resultante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro de 2008, (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações – LVCR), o qual define e regula os Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas), fixando, igualmente, as regras para a elaboração dos mapas de pessoal, devem aqui ser contabilizadas as situações relativas ao pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado.  Note-se que qualquer alteração ao mapa de pessoal que implique a realização de procedimento concursal deve ser submetida à apreciação do órgão deliberativo.	2009
01.01.05 — Pessoal além dos quadros	Face ao disposto na LVCR, nomeadamente nos seus artigos 4.º e 5.º esta rubrica não pode ser utilizada, devendo as situações que não constem do mapa de pessoal, e sem enquadramento nas rubricas 01.01.04 e 01.01.06, ser contabilizadas na rubrica 01.01.09 - Pessoal em qualquer outra situação.	2009
01.01.06 — Pessoal contratado a termo <b>(Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo)</b>	Circunscreve-se, exclusivamente, aos indivíduos que se encontrem a prestar serviço à autarquia local no âmbito de contratos rigorosamente baseados em legislação específica.  Até à revisão do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e tendo em conta o novo quadro resultante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro de 2008, (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações – LVCR), o qual define e regula os Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas), devem aqui ser contabilizadas as situações relativas ao pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo, certo ou incerto.  Note-se que qualquer alteração ao mapa de pessoal que implique a realização de procedimento concursal deve ser submetida à apreciação do órgão deliberativo.	2009
01.01.07 — Pessoal em regime de tarefa ou de avença	Consideram-se, rigorosa e limitativamente, apenas, os indivíduos que se encontrem abrangidos pelos contratos de tarefa ou pelos contratos de avença, celebrados nos termos da legislação em vigor.	
01.01.08 — Pessoal aguardando aposentação	Salvo o disposto em lei especial, é por esta dotação que os trabalhadores que exercem funções públicas e que se encontram desligados do serviço para efeitos de aposentação devem ser abonados das suas pensões provisórias de aposentação até ao fim do mês em que, com a indicação das respectivas pensões definitivas de aposentação, constarem da lista que a Caixa Geral de Aposentações faz publicar todos os meses no <i>Diário da República</i> , 2.ª série.	2009
01.01.09 — Pessoal em qualquer outra situação	Atribui-se-lhe, em relação às rubricas de pessoal atrás caracterizadas, uma natureza residual.  Assim, devem aqui ser contabilizadas as situações não enquadráveis nas rubricas anteriores, designadamente pessoal em comissão de serviço, pessoal dos gabinetes de apoio pessoal (GAP), estágios profissionais e situações de mobilidade geral (quer a mobilidade interna, quer	2009

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	a cedência de interesse público).	
01.01.10 — Gratificações	<p>Apenas se incluem os abonos cujo direito esteja reconhecido em lei sob a designação expressa de «Gratificação» e sejam devidos regularmente, podendo o seu quantitativo constar da própria lei ou com fundamento nela ser fixado por via administrativa.</p> <p>Encontram-se nestas situações as gratificações do administrador delegado e do delegado executivo das associações de municípios e de freguesias, respectivamente, fixadas, sob proposta do conselho de administração, pelas assembleias intermunicipais e interfreguesias, respectivamente, de acordo com as funções por aqueles exercidas.</p>	2009
01.01.11 — Representação	Consideram-se os abonos feitos juntamente com os vencimentos a membros dos órgãos autárquicos ou dirigentes, no intuito de os compensar pelo acréscimo de despesa, que a manutenção da dignidade inerente a esses cargos e as exigências do seu desempenho impõem. O seu quantitativo é fixado por lei.	
01.01.12 — Suplementos e prémios	Deverá entender-se como englobando, exclusivamente, os abonos que, revestindo tal natureza, tenham, contudo, o seu direito e o regime de atribuição (certa e permanente) fixados em lei, havendo lugar na sua liquidação ao respectivo desconto de quota para a Caixa Geral de Aposentações. Trata-se de abonos a <a href="#">trabalhadores que exercem funções públicas</a> pelo desempenho, regular e continuado, de funções especiais que, por exigirem especial técnica ou responsabilidade, justificam a sua atribuição.	
01.01.13 — Subsídio de refeição	Engloba, apenas, os abonos que, para o fim expresso na designação da própria epígrafe, decorrem da aplicação da legislação em vigor.	2009
01.01.14 — Subsídios de férias e de Natal	Trata-se, efectivamente, da rubrica por onde os subsídios em questão devem ser processados relativamente ao pessoal enquadrado nas «Remunerações certas e permanentes», quando a lei lhe reconheça esse direito.	2009
01.01.15 — Remunerações por doença e maternidade /paternidade	<p>Consideram-se os abonos dos <a href="#">trabalhadores que exercem funções públicas que se encontram no âmbito de aplicação do regime de protecção social convergente, em situação de ausência do local de trabalho por doença</a>.</p> <p><a href="#">Os abonos referentes a maternidade, paternidade e adopção devem ser contabilizados na rubrica 01.03.10.01 - Eventualidade de Maternidade, paternidade e adopção, por aplicação da Lei nº 4/2009, de 29 de Janeiro.</a></p>	2009
01.02. — Abonos variáveis ou eventuais	Neste subagrupamento económico, tal como é requisito essencial em termos de «Remunerações certas e permanentes», deverá, também, verificar-se a exigência rigorosa do processamento nominalmente individualizado.	
01.02.01 — Gratificações variáveis ou eventuais	Consideram-se aquelas cujo quantitativo não esteja fixado na lei e a sua efectiva atribuição se encontre condicionada à quantidade de serviço realizado ou à verificação de determinados requisitos inerentes ao mesmo, nomeadamente, o local da sua prestação. De qualquer modo, tal como acontece em relação às outras gratificações (certas e permanentes) referenciadas anteriormente, é igualmente indispensável que na lei, para além do inequívoco reconhecimento ao seu direito, se identifique expressamente como gratificação a natureza do abono a atribuir.	
01.02.02 — Horas extraordinárias	Refere-se aos abonos das prestações quando as necessidades do serviço imperiosamente o exigirem, em virtude da acumulação anormal ou imprevista de trabalho ou da urgência na realização de tarefas especiais e ainda em situações que resultem de imposição legal.	
01.02.03 — Alimentação e alojamento	São as que, independentemente do «Subsídio de refeição» considerado no âmbito das «Remunerações certas e permanentes», devam, com fundamento em lei, ser atribuídas aos <a href="#">trabalhadores que exercem funções públicas</a> , em numerário, mediante processamento que terá de ser nominalmente individualizado.	2009



## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
01.02.04 — Ajudas de custo	Classificam-se, apenas, as despesas com essa estrita natureza, de acordo com a legislação em vigor. Incluem as importâncias a abonar a <b>trabalhadores que exercem funções públicas</b> , quando deslocados da sua residência oficial por motivo de serviço público, quer em território nacional quer no estrangeiro. Também deve incluir as despesas com a alimentação e alojamento, que possam ter lugar no decurso das deslocações e, com elas, estejam intimamente ligadas.	2009
01.02.05 — Abono para falhas	Engloba o abono que, revestindo tal natureza, tenha, contudo, o seu direito e o regime de atribuição fixado em lei. Trata-se do abono a <b>trabalhadores</b> cuja atribuição se justifica pela responsabilidade que exige. Estão nestas condições, o abono para falhas a que tem direito o tesoureiro.	2009
01.02.06 — Formação	Engloba os abonos devidos aos <b>trabalhadores que exercem funções públicas</b> do próprio serviço que ministrem formação.	2009
01.02.07 — Colaboração técnica e especializada	Incluem-se as remunerações devidas aos <b>trabalhadores que exercem funções públicas</b> que, para além do seu trabalho e horário normais, e independentemente de subordinação ao estatuto jurídico do trabalho extraordinário, prestam a sua colaboração técnica ou especializada, quer no âmbito do próprio serviço de que dependem quer a outros organismos oficiais.	2009
01.02.08 — Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	Incluem os subsídios e abonos a que nos termos da legislação em vigor têm direito os <b>trabalhadores que exercem funções públicas</b> da autarquia local.	2009
01.02.09 — Subsídio de prevenção	Inclui o subsídio de prevenção definido na legislação em vigor. Entende-se por regime de prevenção aquele em que os <b>trabalhadores</b> não estão obrigados a permanecer fisicamente no serviço, mas apenas a ficar disponíveis para ocorrer a este, em situações de manifesta necessidade, sempre que solicitados.	2009
01.02.10 — Subsídio de trabalho nocturno	Inclui o subsídio de noites e suplementos definido na legislação em vigor.	
01.02.11 — Subsídio de turno	Engloba as remunerações, que por necessidade do regular e normal funcionamento do serviço exige a prestação de trabalho em pelo menos dois períodos diários sucessivos, sendo cada um de duração não inferior à duração média diária do trabalho correspondente a cada grupo profissional, nos termos da legislação em vigor.	
01.02.12 — Indemnizações por cessação de funções	Engloba as remunerações de compensação por cessação de funções definidas na legislação em vigor.	
01.02.13 — Outros suplementos e prémios	Até à revisão do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e tendo em conta o novo quadro resultante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro de 2008, (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações – LVCR), o qual define e regula os Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas), esta rubrica desagrega-se da seguinte forma:  01.02.13.01 Prémios de desempenho 01.02.13.02 Outros  No subagrupamento 01.02.13.02 incluem-se os abonos que, revestindo tal natureza, tenham, contudo, o seu direito e o regime de atribuição fixado em lei como, por exemplo, as senhas de presença de participações em reuniões e outros não enquadráveis.	2009
01.02.14 — Outros abonos em numerário ou espécie	Tendo uma natureza residual, incluem-se, entre outras, as despesas de telefones individuais e subsídios diversos a abonar <b>trabalhadores que exercem funções públicas e dirigentes, o trabalho prestado em dias de descanso semanal, de descanso complementar e em feriados e o pagamento do suplemento devido pelo secretariado de direcção.</b>	2010
01.03.01 — Encargos com a saúde	Incluem-se aqui as despesas com a aquisição de próteses, artigos e medicamentos, serviços de especialidades clínicas, tratamentos, internamentos e outras despesas da mesma natureza, quando feitas em directo benefício dos <b>trabalhadores que exercem funções públicas</b> . Saliencia-se que não têm aqui enquadramento as despesas ocasionadas por	2009

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	acidentes em serviço, que deverão enquadrar-se na rubrica específica de «Acidentes em serviço», adiante referenciada.	
01.03.02 — Outros encargos com a saúde	Engloba as despesas com as aquisições de outros bens e serviços de saúde que assumam a forma de compensação financeira, correspondentes a reembolsos a <b>trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais</b> .	2009
01.03.03 — Subsídio familiar a crianças e jovens	É uma prestação mensal que visa compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação dos descendentes do beneficiário, de acordo com a legislação em vigor.	
01.03.04 — Outras prestações familiares	Abrange as prestações complementares atribuídas aos <b>trabalhadores que exercem funções públicas</b> (subsídios mensal vitalício, de infantário, de morte ou reembolso das despesas de funeral), nos termos da legislação em vigor.	2009
01.03.05 — Contribuições para a segurança social	Engloba as despesas com o pagamento pela autarquia local, como entidade patronal, de quotas ou contribuições para organismos dependentes da segurança social, para a ADSE e para a Caixa Geral de Aposentações e deve ter as seguintes desagregações: 01.03.05.01. ADSE 01.03.05.02. Segurança Social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas, subdividida em: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01.03.05.02.01 – Caixa Geral de Aposentações</li> <li>• 01.03.05.02.02 – Segurança Social – Regime geral</li> </ul> 01.03.05.03. Outras	2009
01.03.06 — Acidentes em serviço e doenças profissionais	Devem englobar as despesas com o pessoal vítima de acidente em serviço ou doença profissional, de acordo com a legislação em vigor. Assim, incluem-se aqui as despesas com os medicamentos fornecidos aos sinistrados, a facturação apresentada pelos hospitais, os honorários médicos e os transportes dos acidentados, as despesas com as aquisições de quaisquer aparelhos de prótese ou de ortopedia que se mostrarem necessários em resultado do acidente ou da doença profissional, excepto se tais encargos estiverem cobertos por seguros de acidentes no trabalho e de doenças profissionais.	
01.03.08 — Outras pensões	Enquadram-se as despesas com as características de pensões de aposentação, de reforma ou de invalidez, quando os respectivos encargos, por circunstâncias especiais, não estejam a cargo da Caixa Geral de Aposentações. É, igualmente, nesta rubrica que se classificam os complementos de pensão de aposentação ou de reforma que, em casos também especiais e na sequência de acordos, nomeadamente com a Caixa Nacional de Pensões, a autarquia local abona a <b>trabalhadores</b> aposentados ou reformados.	2009
01.03.09 — Seguros	<b>Englobam as despesas com seguros autorizadas expressamente em situações devidamente fundamentadas, de acordo com o artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro.</b>	2009
01.03.10 — Outras despesas de segurança social	Tem uma natureza meramente residual, no contexto do subagrupamento económico. <b>Abrange os abonos da entidade empregadora com as eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, por aplicação da Lei nº 4/2009, de 29 de Janeiro.</b> Inclui os encargos suportados com a manutenção de creches, lactários, jardins de infância, cantinas, bibliotecas e centros de dia, bem como outras realizações de utilidade pública. Excluem-se as despesas previstas nas rubricas 02.01.05 «Alimentação – Refeições confeccionadas» e 02.01.06 «Alimentação – Géneros para confeccionar».	2009
02 — Aquisição de bens e serviços	Neste agrupamento incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda, com a aquisição de serviços. O agrupamento económico em análise desagrega-se nos subagrupamentos seguintes:  Códigos Subagrupamentos	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	02.01 «Aquisição de bens». 02.02 «Aquisição de serviços».	
02.01. — Aquisição de bens	Devem classificar-se neste agrupamento os bens que em regra tenham, pelo menos, um ano de duração, devendo por isso ser inventariáveis e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como bens de capital (investimento). Incluem-se, igualmente, os bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, não sendo, por isso, inventariáveis.	
02.01.01 — Matérias-primas e subsidiárias	Compreendem-se os bens adquiridos para serem utilizados na produção, podendo incorporar-se materialmente (matérias-primas) ou não (matérias subsidiárias) nos produtos finais. Em tal conformidade, cabem nesta rubrica os artigos e produtos correntemente consumidos, transformados ou utilizados em autarquias locais que desenvolvem actividades produtivas, com fins industriais, de investigação, de exploração agrícola ou pecuária e outros semelhantes. Assim, são aqui englobados os bens utilizados ou transformados em oficinas (papel, madeira, ferro, tintas, etc.), em laboratórios (reagentes, ácidos, sais, drogas, etc., para serem utilizados em ensaios, testes ou análises diversas) e em explorações agrícolas ou pecuárias (adubos, sementes, fertilizantes, herbicidas e fungicidas, medicamentos, correctivos e alimentação para gado de engorda ou abate).	
02.01.02 — Combustíveis e lubrificantes	Inclui as despesas com bens de consumo a utilizar como combustão ou lubrificação. Recordase, no entanto, que, aqui, se englobam os bens de consumo utilizados na produção de força motriz, calor e luz, nomeadamente os combustíveis destinados à obtenção de energia, os lubrificantes utilizados na manutenção de veículos com motor e tudo o que se destina a queima, como, por exemplo, óleos, gasolina, gasóleo, petróleo, gás em garrafas, álcool, carvão, lenha, oxigénio e outros compostos, velas, fósforos, etc. Excluem-se os materiais especificados na rubrica 02.01.11 — «Material de consumo clínico».  Esta rubrica desagrega-se da seguinte forma: 02.01.02.01 «Gasolina» 02.01.02.02 «Gasóleo» 02.01.02.99 «Outros».	
02.01.03 — Munições, explosivos e artificios	Inclui bens que se extinguem logo que utilizados, ou seja, bens com as estritas características inerentes ao significado da própria rubrica e qualquer que seja o seu potencial destino ou utilização. Engloba também as despesas com a aquisição de bombas, fumíferos e, de um modo geral, os artificios utilizados com fins de sinalização e socorros, pólvora, dinamite e rastilhos.	
02.01.04 — Limpeza e higiene	Engloba as despesas referentes a materiais de limpeza e higiene a utilizar nas autarquias locais, incluindo panos de pó, esfregões, vassouras e outros artigos semelhantes utilizados nas instalações e na higiene e limpeza urbana.	
02.01.05 — Alimentação — Refeições confeccionadas	Incluem-se as despesas com a alimentação já confeccionada que a autarquia local fornece tanto a <b>trabalhadores que exercem funções públicas na autarquia</b> como a pessoas que, não tendo essa qualidade, estão, no entanto, em situações que colocam a autarquia na incumbência de lhes proporcionar a alimentação, designadamente em creches e centros de dia.	2009
02.01.06 — Alimentação — Géneros para confeccionar	Incluem-se as despesas com a aquisição dos géneros alimentícios para confeccionar que os serviços fornecem tanto a <b>trabalhadores que exercem funções públicas na autarquia</b> como a pessoas que, não tendo essa qualidade, estão, no entanto, em situações que colocam a autarquia local na incumbência de lhes proporcionar a alimentação.	2009
02.01.07 — Vestuário e artigos pessoais	Engloba as despesas com aquisição de peças de vestuário e artigos de uso restrito ou individual a utilizar pelos <b>trabalhadores</b> . Igualmente se devem incluir as importâncias a despende com eventuais reparações nos bens em causa.	2009
02.01.08 — Material de escritório	Incluem-se as despesas com bens de consumo imediato, que não sejam considerados equipamento de escritório (imobilizado), embora alguns sejam duradouros e inventariáveis e	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	não se mostrem directamente ligados à produção de bens e serviços, como, por exemplo, papel de impressora, lápis, agrafadores, furadores, compra de rolos de máquinas de calcular, esferográficas, agrafos, papel timbrado ou não, dossiers, caixas de arquivo, exemplares avulso do Diário da República e outros artigos vulgarmente conhecidos por artigos de expediente.	
02.01.09 — Produtos químicos e farmacêuticos	Incluem-se as despesas com medicamentos inscritos no Formulário Nacional de Medicamentos, com reagentes e produtos de diagnóstico rápido e com outros produtos farmacêuticos, adquiridos para consumo.	
02.01.10 — Produtos vendidos nas farmácias	Engloba as despesas com medicamentos e outros produtos vendidos na farmácias participados pelo SNS.	
02.01.11 — Material de consumo clínico	Inclui as despesas de material clínico, por exemplo, álcool, algodão, oxigénio, etc., que são adquiridos, separadamente, para limpeza, desinfeção ou fins sanitários.	
02.01.12 — Material de transporte — Peças	Engloba as despesas com a aquisição dos materiais (peças) que alguns serviços, dispendo de oficinas próprias, utilizam em trabalhos de reparação, conservação e beneficiação do material considerado como de transporte, designadamente pneus. Salienta-se que não cabem aqui as aquisições de motores, a que será feita referência oportuna quando, adiante, em sede do subagrupamento «Investimentos», se aludir à rubrica «Material de transporte».	
02.01.13 — Material de consumo hoteleiro	Incluem-se as despesas com material de consumo imediato que não seja considerado equipamento de hotelaria (imobilizado), embora alguns duradouros e inventariáveis.	
02.01.14 — Outro material — Peças	Engloba as despesas com a aquisição dos materiais (peças) que não sejam consideradas em «Material de transporte — Peças».	
02.01.15 — Prémios, condecorações e ofertas	Considera-se as despesas referentes a bens destinados a prémios, condecorações e ofertas.	
02.01.16 — Mercadorias para venda	Engloba as despesas com a aquisição de bens destinados a serem vendidos, designadamente a aquisição de água e de electricidade para distribuição aos utentes.	
02.01.17 — Ferramentas e utensílios	Engloba as despesas com bens dessa natureza, cuja vida útil não exceda, em condições de utilização normal, o período de um ano. Mas os serviços responsáveis devem manter o inventário actualizado, de acordo com a legislação em vigor e, dado o seu valor unitário materialmente pouco relevante, devem considerar-se como despesa do exercício, embora a sua duração possa exceder o período de um ano.	
02.01.18 — Livros e documentação técnica	Incluem-se as despesas com aquisição de livros técnicos e documentação técnica, desde que relacionados com a actividade de forma directa ou indirecta. São ainda classificados na presente rubrica os números do <i>Diário da República</i> , quando inventariáveis para serem integrados na colecção patrimonial dos serviços (os exemplares que não tenham esse destino são caracterizados como simples bens e classificados em 02.01.08 — «Material de escritório»).	
02.01.19 — Artigos honoríficos e de decoração	Engloba as despesas com artigos honoríficos, nomeadamente bandeiras, estandartes e galhardetes. Salienta-se, todavia, que as importâncias despendidas com os prémios e condecorações que se adquirem com o propósito de serem entregues a quaisquer indivíduos ou entidades são consideradas na rubrica 02.01.15 — «Prémios, condecorações e ofertas».	
02.01.20 — Material de educação, cultura e recreio	Engloba todo o bem durável, mas não directamente ligado à produção de bens e serviços, que seja susceptível de constituir junto dos indivíduos factor de dinamização e de enriquecimento da sua cultura, a qual, para efeitos exclusivos do classificador, é tomada num sentido muito amplo, de modo a compreender os campos da educação (incluindo a educação física e o desporto), das artes recreativas e musicais, das belas-artistas, da museologia <i>lato sensu</i> , do culto religioso, de recreio e da formação profissional. Em tal conformidade, são enquadráveis na rubrica, entre muitos outros, o material escolar afecto aos estabelecimentos com funções de ensino (como sejam mapas didácticos, colecções mineralógicas, zoológicas e anatómicas, utensílios e aparelhos de laboratórios escolares, régua, compassos e outros artigos normalmente utilizados nas salas de aula), equipamentos e aparelhos para educação física e desporto, instrumentos musicais, jogos, aparelhos de rádio e de televisão para salas de convívio, livros e revistas quando inventariáveis e afectos a bibliotecas.	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
02.01.21 — Outros bens	<p>Tem um carácter residual, nela se incluindo todos os bens que, pela sua natureza, não se enquadrem em qualquer das rubricas anteriores.</p> <p>Consideram-se ainda os encargos com a aquisição de rações para animais que não sejam para abate, devendo distinguir-se a aquisição de alimentação para gado para engorda e abate, a englobar na rubrica 02.01.01 — «Matérias-primas e subsidiárias».</p>	
02.02.01 — Encargos das instalações	Mantém-se inalterável no seu significado e âmbito e engloba as despesas com água, electricidade e aquecimento.	
02.02.02 — Limpeza e higiene	Incluem-se as despesas referentes a aquisição de serviços de limpeza e higiene assegurados por empresas da especialidade.	
02.02.03 — Conservação de bens	<p>Compreende todas as despesas (incluindo os custos de serviços e materiais quando conjuntamente facturados) a satisfazer por trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos.</p> <p>Incluem-se as pequenas reparações e conservações que não provocam nem aumento nem alteração à estrutura dos móveis ou imóveis deles passíveis, visando mantê-los em boas condições de funcionamento ou de aproveitamento.</p> <p>Salienta-se que, tratando-se de «Grandes reparações» a levar a efeito em edifícios, habitações e material de transporte, as inerentes despesas não devem ser classificadas como «Conservação de bens», mas devem ser consignadas às rubricas dos respectivos investimentos, conforme adiante será referenciado.</p> <p>Nos casos em que a autarquia local pretenda realizar aqueles trabalhos por administração directa deverão ter em atenção as duas prováveis hipóteses: A autarquia dispõe de mão-de-obra própria e, por isso, necessita apenas de adquirir os materiais necessários à efectivação das obras (trata-se de uma despesa exclusivamente com aquisição de bens, a enquadrar na rubrica «Outros bens» ou «Material de transporte — Peças» quando a conservação se reporte a bens desta natureza). A autarquia não dispõe de mão-de-obra própria e, então, recruta, directamente para o efeito, o necessário pessoal especializado (dando origem a uma despesa a considerar na presente rubrica) e adquire os materiais indispensáveis aos trabalhos (originando uma despesa classificável em «Outros bens»).</p>	
02.02.04 — Edifícios, 02.02.05 — Material de informática, 02.02.06 — Material de transporte e 02.02.08 — Outros bens	As quatro rubricas que, em termos de «Locação», se afectam neste subagrupamento a «Edifícios», «Material de informática», «Material de transporte» e «Outros bens», destinam-se a enquadrar as despesas relativas à renda de terrenos e edifícios e ao aluguer de equipamentos, que tenham por suporte a figura jurídica do «Contrato de locação». Não inclui as rendas de bens em regime de locação financeira, mas sim as de bens em regime de locação operacional.	
02.02.09 — Comunicações	Englobam as despesas com telefones móveis e fixos (instalação, aluguer, chamadas, mudanças e cargas desinfectantes), telex, correios (nomeadamente, selos, telegramas, taxas de apartados e prémios de vales) e tráfego radiotelegráfico internacional. Incluem-se ainda os encargos com taxas e impulsos com ligação à Internet para diversas utilizações, designadamente consultas do <i>Diário da República</i> , de sites institucionais, aquisição de bens e serviços, etc.	
02.02.10 — Transportes	Consideram-se aqui incluídas todas as despesas com transportes de pessoas, quer tenham ou não a qualidade de <b>trabalhadores da autarquia</b> . Os gastos com o transporte de pessoal que aqui se devem considerar são aluguer permanente de veículos para transporte de pessoal, subsídios de transporte concedidos em carácter de permanência ao pessoal, passes sociais concedidos ao pessoal, tudo para fazer face às deslocações de e para o local de trabalho. Afectam-se também a esta rubrica as despesas com o transporte de bens já na posse dos serviços (se ainda não o estiverem, as despesas vão onerar as dotações que suportam ou suportariam as respectivas aquisições). Por aqui se devem satisfazer, igualmente, os encargos com o aluguer de automóveis, com ou sem condutor, bem assim os encargos relativos a alfândegas, portagens, bagagens, excesso de carga e reboque de viaturas.	



## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
02.02.11 — Representação dos serviços	Incluem-se as despesas determinadas por necessidades acidentais de representação das autarquias locais em congressos e missões, com exclusão, portanto, das despesas de representação pelo exercício de determinados cargos oficiais, que assumem a natureza de despesas com pessoal. Quando efectuadas no País, trata-se, em regra, de despesas dos próprios serviços ou entidades que os representam, em virtude de recepções ou de visitas de individualidades nacionais ou estrangeiras. Podem, também, ocorrer no estrangeiro, por motivo de congresso, feiras e outros certames e missões em que se torne necessária a nossa participação oficial. As despesas com os <b>trabalhadores</b> que forem determinadas pela representação dos serviços aqui tratada classificar-se-ão nas adequadas rubricas. Assim, incluir-se-ão, por exemplo, em «Deslocações e estadas», código 02.02.13, as despesas que se fizerem com as deslocações que ocorrem no âmbito das respectivas missões. Do mesmo modo, afectar-se-ão à rubrica «Ajudas de custo» os encargos que com tal natureza haja necessidade de se satisfazer (para o que são consideradas em pé de igualdade com os <b>trabalhadores</b> as pessoas que, embora estranhas aos serviços públicos, são chamadas ou convidadas, no interesse dos mesmos, a participar em determinadas reuniões ou a constituir comitiva de missões, visitas e viagens oficiais). Salienta-se, por fim que, face ao enquadramento da presente rubrica em termos de subagrupamento económico, no seu âmbito apenas poderão ter cabimento as despesas com pagamentos de serviços, pelo que as eventuais aquisições de bens destinados a serem oferecidos em quaisquer circunstâncias de «Representação dos serviços» deverão onerar a rubrica «Prémios, condecorações e ofertas», código 02.01.15.	2009
02.02.12 — Seguros	Enquadram-se as despesas com a constituição e os prémios de quaisquer seguros (incluindo, portanto, bens ou pessoas) que, nos termos legais, sejam excepcionalmente autorizados. Devem excluir-se os seguros de saúde e seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais que deverão onerar a rubrica 01.03.09 — «Seguros».	
02.02.13 — Deslocações e estadas	Englobam-se as despesas com alojamento e alimentação fora do local de trabalho, que não sejam suportadas através de ajudas de custo. Incluem-se também as despesas com transporte relativo a viagens, bem como a deslocação em veículo próprio, em que é paga através da multiplicação dos quilómetros percorridos pelo valor por quilómetro.	
02.02.14 — Estudos, pareceres, projectos e consultoria	Incluem-se as despesas relativas a estudos, pareceres, projectos e consultoria, de organização, apoio à gestão e serviços de natureza técnica prestados por particulares ou outras entidades. Devem ser classificados nesta rubrica, de entre outros, os encargos com estudos de organização de projectos informáticos e estudos económico-financeiros.	
02.02.15 — Formação	Incluem-se as despesas com os cursos de formação profissional dos <b>trabalhadores</b> , quando prestados por outras entidades, incluindo os encargos resultantes de inscrição de <b>trabalhadores</b> em cursos de especialização e aperfeiçoamento.	2009
02.02.16 — Seminários, exposições e similares	Englobam-se as despesas decorrentes da realização de seminários, exposições e similares promovidos pela entidade.	
02.02.17 — Publicidade	Incluem-se as despesas referentes a publicidade independentemente da forma, designadamente anúncios em meios de comunicação social, campanhas publicitárias promocionais e materiais publicitários.	
02.02.18 — Vigilância e segurança	Consideram-se as despesas referentes a materiais e ou serviços de vigilância e segurança das pessoas e bens da autarquia, incluindo o transporte de valores.	
02.02.19 — Assistência técnica	Incluem-se as despesas referentes à assistência técnica dos bens, no âmbito de contratos realizados.	
02.02.20 — Outros trabalhos especializados	Incluem-se as despesas relativas aos serviços técnicos prestados por outras empresas que o próprio organismo não pode superar pelos seus meios, tais como serviços informáticos, análises laboratoriais, trabalhos tipográficos, etc.	
02.02.22 — Serviços de saúde	Compreende as despesas com todas as aquisições de serviços de saúde, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos.	
02.02.24 — Encargos de cobrança de receitas	Compreende o pagamento de encargos de cobrança de receitas efectuada por outras entidades, nomeadamente a percentagem paga à administração fiscal pela cobrança dos	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	impostos que constituem receita municipal.	
02.02.25 — Outros serviços	Assumem carácter residual no contexto das aquisições de serviços. Só lhe devem ser afectadas as despesas que, de modo algum, não possam ser classificadas nas rubricas tipificadas do respectivo subagrupamento. Inclui nomeadamente o pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas pelo visto das contas de gerência e contratos.	
03 — Juros e outros encargos	A título de definição genérica, o termo «juro» designa habitualmente o montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de um determinado período pela utilização de um determinado montante de capital, sem que este último se reduza.	
03.01 — Juros da dívida pública	Em juros da dívida pública, são registados os fluxos referentes aos juros de empréstimos contratados para a satisfação de necessidades de financiamento.  Cada rubrica deste subagrupamento deve ser desagregada em:  "03.01.0X.01 Curto prazo" e  "03.01.0X.02 Médio e longo prazos".	
03.02 — Outros encargos correntes da dívida pública	Este subagrupamento económico contém todas as outras despesas correntes que, para além dos juros, já anteriormente considerados, são inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento. São exemplos as despesas relacionadas com a emissão e a gestão da dívida, das quais se destacam as comissões de subscrição e gestão, as comissões pagas a agentes pagadores, as despesas com a manutenção de contas, bem como outros custos associados à execução de transacções e <i>rating</i> da dívida.	
03.03 — Juros de locação financeira	Incluem-se os juros suportados com a locação financeira. As oito rubricas que, em termos de juros de locação financeira, afectam neste subagrupamento são 03.03.01 — «Terrenos», 03.03.02 — «Habitações», 03.03.03 — «Edifícios», 03.03.04 — «Construções diversas», 03.03.05 — «Material de transporte», 03.03.06 — «Material de informática», 03.03.07 — «Maquinaria e equipamento» e 03.03.08 — «Outros investimentos».	
03.04 — Juros tributários	Incluem-se os juros a pagar pelo ressarcimento de importâncias provenientes da cobrança de impostos a mais ou indevidamente cobrados. Este subagrupamento subdivide-se em duas rubricas: 03.04.01 — «Indemnizatórios» e 03.04.02 — «Outros».	
03.05 — Outros juros	Englobam-se outros encargos, designadamente juros de dívidas contraídas, de acordo com a legislação em vigor.	
03.06 — Outros encargos financeiros	Esta rubrica é de carácter residual. No entanto, incluem-se despesas inerentes a serviços bancários e todas as despesas não previstas nas rubricas anteriores.	
04 — Transferências correntes	Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação directa para com a autarquia local. As rubricas «Serviços e fundos autónomos» e «Administração regional» serão obrigatoriamente desagregadas por alíneas, de modo a serem expressamente individualizadas as entidades beneficiárias das transferências. Salienta-se que as rubricas da «Administração local» deverão ser sempre desagregadas por alíneas de acordo com as entidades que beneficiem das transferências, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Municípios;</li> <li>• Freguesias;</li> <li>• Serviços autónomos da administração local;</li> <li>• Associações de municípios;</li> <li>• Associações de freguesias;</li> <li>• Regiões de turismo;</li> <li>• Assembleias distritais;</li> <li>• Outros.</li> </ul> Nas restantes rubricas a desagregação é facultativa e circunscrita a situações pontuais.	
05 — Subsídios	Os subsídios em epígrafe, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspecto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, para efeitos do presente classificador, consideram-se	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	<p>«Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objectivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos factores de produção.</p> <p>Considera-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas activas de emprego e formação profissional.</p> <p>Deve proceder-se ao desdobramento em subagrupamentos que coincidem com os sectores institucionais beneficiários dos subsídios.</p>	
06.02.01 — Impostos e taxas	Inclui a restituição de impostos ou contribuições que não sejam em termos da lei em vigor por abate à receita.	
06.02.02 — Activos incorpóreos	Incluem-se as despesas resultantes da cedência temporária de activos intangíveis, englobando, nomeadamente, despesas de constituição, despesas de investigação e desenvolvimento de propriedade industrial, outros direitos e, ainda, os trespasses. Citam-se, como exemplos, o poema, a composição literária ou musical, a patente, as técnicas de fabrico, de gestão, de exploração e outros análogos para os quais os seus criadores ou inventores constituírem direitos exclusivos de autor ou de propriedade. Esta rubrica não contempla a aquisição de activos incorpóreos, a qual se enquadra no subagrupamento de «Investimentos», designadamente na classificação económica 07.01.13 — «Investimentos incorpóreos».	
06.02.03 — Outras	Trata-se de uma rubrica económica com uma função meramente residual.	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
07 – Aquisição de bens de capital	Este agrupamento económico apresenta-se com três subagrupamentos sob a designação «Investimentos», «Locação financeira» e «Bens de domínio público».	
07.01 – Investimentos	<p>Não obstante as várias acepções em que o termo «investimento» pode teoricamente ser tomado, salienta-se que, para efeitos do presente classificador, o mesmo é encarado segundo uma óptica de estrita natureza de investimento, pelo que, no âmbito daquele subagrupamento, se compreenderão, exclusivamente, as despesas com a aquisição (e também as grandes reparações) dos bens que contribuam para a formação de «capital fixo», isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, equipamentos, material de transporte, edifícios, outras construções, etc.). O conceito de «grande reparação» está associado não só ao maior ou menor custo das obras a realizar, mas às razões subjacentes às mesmas onde, necessariamente, terão de constar objectivos de acréscimo de duração ou de produtividade dos bens de capital em causa. Assim, por exemplo, tratando-se de edifícios ou de habitações, são «Grandes reparações» e, conseqüentemente, classificáveis nas respectivas rubricas de investimento, as obras que impliquem alteração das plantas dos imóveis. No caso das viaturas automóveis e de outro material de transporte com características semelhantes, considera-se «grande reparação» a que implica a substituição do motor.</p> <p>A desagregação do subagrupamento deverá ser efectuada por subsectores institucionais com a utilização das seguintes alíneas:</p> <p>A — Administração central — Estado;</p> <p>B — Administração central — Serviços e fundos autónomos;</p> <p>C — Administração regional;</p> <p>D — Administração local — Continente;</p> <p>E — Administração local — Regiões Autónomas;</p> <p>F — Segurança social;</p> <p>G — Instituições sem fins lucrativos.</p> <p>Nestes termos, deve ser utilizada, no caso das entidades sujeitas à aplicação do POCAL, os</p>	



## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	subsectores institucionais D – Administração local – Continente e E – Administração local – Regiões Autónomas, consoante a sua área de localização.	
07.01.01 – Terrenos	Abrange a aquisição de solos, plantações de natureza permanente, minas e os terrenos propriamente ditos.  Excluem-se, no entanto, os edifícios e outras construções análogas neles situadas, devendo fazer-se uma estimativa parcelar das respectivas despesas.	
07.01.02 – Habitações	Abrange não só o valor da construção dos edifícios destinados inteira ou parcialmente a habitação, como também as despesas efectuadas com reparações, ampliação ou transformações importantes.  Incluem-se igualmente as despesas de pintura interior e exterior das habitações novas e respeitantes a instalações permanentes, nomeadamente aparelhos de aquecimento inamovíveis, iluminação e canalização.	
07.01.03 – Edifícios	Trata-se de despesas com a construção, grandes transformações e ampliação de edifícios que não sejam destinados à habitação, assim como das correspondentes às transferências de propriedade.  Inclui, de um modo geral, as edificações utilizadas com fins administrativos, comerciais, culturais e sociais, designadamente serviços administrativos, escolas, ginásios, creches, lares, mercados com telhado, armazéns e oficinas.	
07.01.04 – Construções diversas	Inclui os valores com a construção, grandes reparações ou a renovação de obras, como viadutos, arruamentos, estradas, pontes, parques de estacionamento de viaturas, parques desportivos, instalações de redes de esgotos, rede de abastecimento de água, mercados sem telhado, lavadouros, parques e jardins, instalações para tratamento de resíduos sólidos, cemitérios e outros.  O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica.	
07.01.05 – Melhoramentos fundiários	Consideram-se nesta rubrica as despesas realizadas com as melhorias inerentes aos terrenos.	
07.01.06 – Material de transporte	Inclui as despesas com aquisição de veículos ligeiros, pesados e demais viaturas destinadas ao transporte de pessoas ou mercadorias.  Compreende também as despesas com grandes reparações ou transformações (substituição de motores ou de peças vitais) que, por virem a prolongar a vida útil normal prevista dos bens de investimento em epígrafe, se consideram como formação de capital fixo e, por tal motivo, as correspondentes despesas se classificam como de "capital".	
07.01.07 – Equipamento de informática	Consideram-se os computadores, os terminais, as impressoras ( <i>hardware</i> ) e quaisquer outros bens que, assumindo características de bens de investimento, possam considerar-se como técnica, directa e exclusivamente ligados à produção informática.	
07.01.08 – <i>Software</i> informático	Engloba as despesas com os produtos informáticos.	
07.01.09 – Equipamento administrativo	Incluem-se as despesas com o equipamento social e o mobiliário diverso. Como equipamento administrativo entende-se mobiliário, máquinas de calcular, impressoras, fotocopiadoras e demais equipamento de escritório. Como equipamento social entende-se equipamento de refeitório, postos médicos ou de primeiros socorros, de desporto ou equipamentos culturais, entre outros bens que sirvam aos <b>trabalhadores</b> fora do âmbito da relação profissional.	2009
07.01.10 – Equipamento básico	Incluem-se as despesas com instrumentos, máquinas, instalações e outros bens, nomeadamente despesas com contadores de água e electricidade, banca para mercados, equipamento escolar, escavadoras, guindastes e tractores (não os de estrada), com excepção dos indicados na rubrica 07.01.11 – «Ferramentas e utensílios», com os quais se realiza a extracção, transformação e elaboração dos produtos ou a prestação dos serviços.  Compreende também os gastos adicionais com a adaptação de maquinaria e de instalações no desempenho das actividades próprias do organismo.	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
07.01.11 – Ferramentas e utensílios	Englobam-se as despesas com as ferramentas e utensílios com duração superior a um ano e de valor unitário materialmente relevante.	
07.01.12 – Artigos e objectos de valor	Incluem-se as despesas com artigos de conforto e decoração em que o valor é elevado, designadamente quadros, carpetes, etc. Englobam-se ainda as obras de arte, de colecção e de valor histórico e recheios de museus, etc.	
07.01.13 – Investimentos incorpóreos	Incluem-se as despesas resultantes da aquisição de direitos de propriedade intelectual (direitos de autor ou direitos conexos) ou os direitos de propriedade industrial (exploração de patentes, licenças, modelos, marcas, desenhos, processos de fabrico, etc.) ou, ainda, contratos de cedência de <i>know-how</i> .	
07.01.15 – Outros investimentos	Contém as despesas em «Plantações» e «Animais» e, ainda, quaisquer outras que, tendo carácter de «investimento», não possam, eventualmente, enquadrar-se nas rubricas tipificadas do respectivo subagrupamento.	
07.02 – Locação financeira	Compreende as despesas com contratos de locação financeira, de acordo com a legislação em vigor, incluindo, também, a opção de compra final, sendo que a componente juros deverá ser classificada na rubrica 03.03. — «Juros de locação financeira».	
07.03 – Bens de domínio público	Englobam-se as despesas com os bens de domínio público que estão definidos na legislação em vigor.	
08 – Transferências de capital	As transferências que se integram neste agrupamento económico revestem-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes com a diferença de, aqui, se destinarem a financiar despesas de capital das unidades receptoras. Os subagrupamentos correspondem aos sectores institucionais anteriormente referidos.	
09 – Activos financeiros	Neste agrupamento económico contabilizam-se as operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, nomeadamente a serviços municipalizados. Os activos financeiros apresentam uma estrutura comum nos vários tipos de aplicações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos uma vez que se optou por seguir uma uniformização em termos de classificador económico, sabendo à partida que serão utilizados apenas por alguns sectores institucionais.	
09.02 – Títulos a curto prazo	Engloba as despesas resultantes das aplicações financeiras de prazo inferior a um ano, nomeadamente os bilhetes de tesouro, o papel comercial, as obrigações e títulos de participação, certificados de aforro, depósitos negociáveis, etc.	
09.03 — Títulos a médio e longo prazos	Engloba as despesas resultantes das aplicações financeiras de prazo superior a um ano, incluindo os depósitos negociáveis.	
09.05 – Empréstimos a curto prazo	Engloba as despesas ocasionadas pelos empréstimos concedidos a título reembolsável com horizonte temporal inferior a um ano.	
09.06 – Empréstimos a médio e longo prazos	Engloba as despesas provenientes de empréstimos concedidos a título reembolsável com horizonte temporal superior a um ano.	
09.07 – Acções e outras participações	Engloba as despesas resultantes das aplicações financeiras, nomeadamente acções e outras participações.	
09.08 – Unidades de participação	Engloba as despesas resultantes de outras aplicações financeiras, nomeadamente as unidades de participação.	
09.09 – Outros activos financeiros	Consideram-se, residualmente, todos os activos financeiros referidos anteriormente que não se enquadrem nas rubricas antecedentes, nomeadamente, os adiantamentos e os subsídios reembolsáveis. Face à inexistência de rubricas, as dotações deverão afectar-se directamente à epígrafe em questão, sem prejuízo de se recorrer à pormenorização em termos de alínea, se circunstâncias pontuais o recomendarem.	
10 – Passivos financeiros	Este agrupamento económico compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da	

## CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

(Adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02)

CONTA	NOTA	Última alteração
	<p>amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, de garantias. As despesas com passivos financeiros deverão incluir os prémios ou descontos que possam ocorrer na amortização dos empréstimos. Com excepção dos «Outros passivos financeiros», os restantes subagrupamentos por que se desagregam os «Passivos financeiros» não carecem de explicações suplementares, por corresponderem a conceitos já utilizados e se desdobrarem por rubricas que, por sua vez, envolvem a caracterização de âmbito institucional igualmente conhecida.</p> <p>De acordo com a legislação em vigor, não deverão ser consideradas as despesas inerentes à execução de avales.</p>	
11 – Outras despesas de capital	Trata-se de um agrupamento económico com carácter residual.	
11.02 – Diversas	Esta rubrica assume um carácter residual, incluindo entre outras despesas, as inerentes a restituições.	
17 – Operações extra-orçamentais	<p>Neste agrupamento englobam-se as operações que não são consideradas receita orçamental, mas com expressão na tesouraria.</p> <p>Este capítulo desagrega-se em dois grupos, que a seguir se apresentam:</p> <p>17.01 - « Operações de tesouraria – Receitas do Estado»;</p> <p>17.02 - «Outras operações de tesouraria».</p>	
17.01 — Operações de tesouraria — Receitas do Estado	Engloba os montantes provenientes de impostos, contribuições e outros, retidos e que posteriormente serão entregues nos cofres públicos, como por exemplo, o IRS, o imposto de selo, a ADSE, etc., bem como os montantes provenientes de impostos, contribuições e outros, entregues nos cofres públicos.	
17.02 – Outras operações de tesouraria	Incluem-se os montantes relativos a fundos alheios, entregues às entidades competentes e que constituem fluxos de caixa relativos a descontos em vencimentos, que não sejam receitas das autarquias locais, a cauções e garantias de fornecedores, os recibos para cobrança debitados ao tesoureiro, a quotas dos sindicatos, etc.	